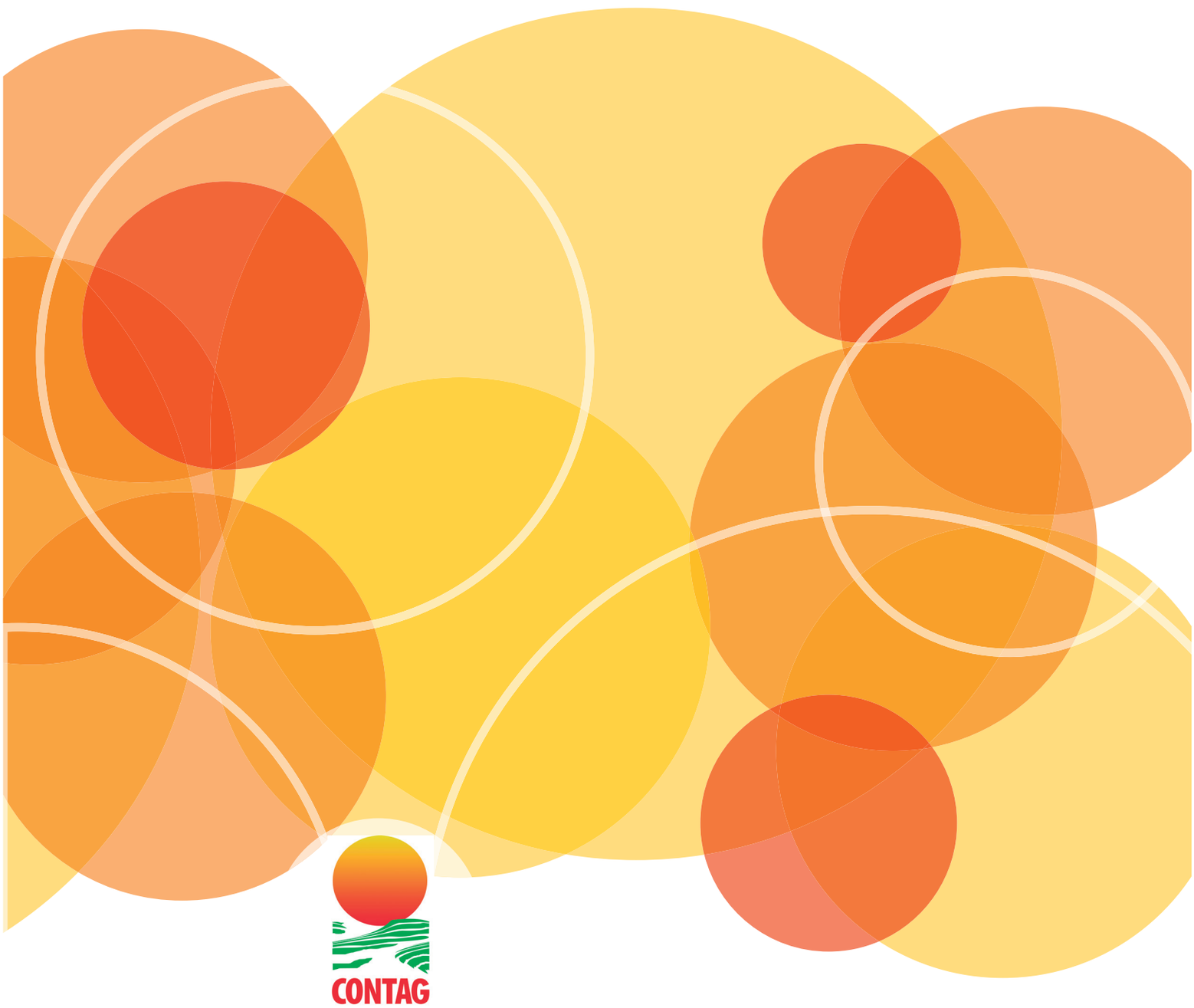
JUVENTUDE RURAL
E SUA CAMINHADA NA CONTAG



CONTAG

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Maria José Morais Costa

Assessoria e Organização de Texto Eryka Galindo e Armando Santos Neto

Edição e Revisão Verônica Tozzi

Projeto gráfico Raphael C. Freitas

Apoio Institucional Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Fotografias Barack Fernandes, César Ramos, Luiz Fernandes, Soraya Brandão, Roana Wrsula, Arquivos FETAG-PI, Arquivos CONTAG, Arquivos FETAEP, Arquivos FETAES.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA SENAR 002/2016 – PROCESSSO Nº 00098/2016
Tiragem: 5 mil

J97 A juventude rural e sua caminhada na CONTAG / organizadores Maria José Morais Costa, Eryka Danyelle S. Galindo, Armando Santos Neto ; ilustrador Raphael C. Freitas. – Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2016. –

100 p. : il. - (Experiências da secretaria na CONTAG ; v. 1).

ISBN 978-85-63462-17-6

1. Educação. 2. Educação – Jovens rurais. 3. Organização política – Jovens rurais. 4. História CONTAG – Juventude rural. I. Costa, Maria José Morais (org.). II. Galindo, Eryka Danyelle S. (org.) III. Santos Neto, Armando (org.). IV. Freitas, Raphael C. (il.). V. Título. VI. Série.

CDU : 37.01
37.013

Tania Maria Kalaitzis Lima
CRB 10 / 1561

JUVENTUDE RURAL E SUA CAMINHADA NA CONTAG

Secretaria de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares da

CONTAG

BRASÍLIA
novembro
2016

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG

Presidente
Alberto Ercílio Broch

Vice-presidente e secretário de Relações Internacionais
Willian Clementino da Silva Matias

Secretária Geral
Dorenice Flor da Cruz

Secretário de Finanças e Administração
Aristides Veras dos Santos

Secretário de Política Agrária
Zenildo Pereira Xavier

Secretário de Política Agrícola
David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais
Elias D´Angelo Borges

Secretária de Meio Ambiente
Antoninho Rovaris

Secretário de Políticas Sociais
José Wilson Sousa Gonçalves

Secretário de Formação e Organização Sindical
Juraci Moreira Souto

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares
Alessandra da Costa Lunas

Secretária de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores(as) Familiares
Maria José Morais da Costa

Secretária de Trabalhadores Rurais Agricultores(as) Familiares da Terceira Idade
Maria Lucia Santos de Moura

COMISSÃO NACIONAL DE JOVENS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS
CNJTTR - CONTAG
Idelnice da Silva Araúlo
Amapá
Moisés de Souza Santos
Pará
Cristiana Paiva Gomes
Roraima
Sérgio Paulo Roque Almeida
Amazonas
Fernando José Feitosa Alves
Acre
Ailton Nunes Santos
Rondônia
Cleuma Maxine Rodrigues Ferreira
Mato Grosso
Jorge Bento Soares
Mato Grosso do Sul
Dalilla dos Santos Gonçalves
Goiás
Luana Araújo
Distrito Federal
Alexandre Leal dos Santos
Paraná
Adriano Gelslenchter
Santa Catarina
Diana Lahn Justo
Rio Grande do Sul
Geová de Oliveira Góes
Maranhão
Francisco de Assis Teixeira Sousa
Ceará
Maria das Dores Monteiro Freire Silva
Piauí
Erivam do Carmo Silva
Rio Grande do Norte
Adriana do Nascimento Silva
Pernambuco
Iara da Silva
Paraíba
Cledison Soares Lisboa
Sergipe
Mariele dos Santos Silva
Alagoas
Jefferson Bezerra Gomes Borges
Tocantins
Luciana Santos de Oliveira
Bahia
Marilene Faustino Pereira
Minas Gerais
Ranielle Badiane Bianchi
Espírito Santo
Carolina Aparecida Barboza
São Paulo
Kelvin Ferreira de Oliveira
Rio de Janeiro
CONTAG
DIRETORES(AS) JOVENS DA CONTAG
Mazé Morais
Secretária de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
Dorenice Flor da Cruz
Secretária Geral
Zenildo Pereira Xavier
Secretário de Política Agrária

Apresentação

Juventude rural: presente!
Lutando firme e seguindo em frente.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) tem 53 anos de existência. Em sua missão está a defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, atuando na elaboração de propostas que possibilitem a melhoria das condições de vida no meio rural brasileiro. O Sistema CONTAG é composto por 27 Federações Estaduais e mais de 4.000 Sindicatos filiados, que representam cerca de 30 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.

A ação política da CONTAG tem se orientado, ao longo da história, pela consolidação do desenvolvimento sustentável e solidário, pelo reconhecimento e valorização dos povos do campo, da floresta e das águas como sujeitos estratégicos para o nosso País. Nesse sentido, a juventude rural cumpre um papel importante nos territórios rurais e na luta sindical.

A juventude rural sempre esteve presente nas lutas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Contudo, foi a partir de 2001, desde a realização do 8º Congresso da CONTAG, que este segmento consolidou estruturas específicas, como a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Coordenação Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (que em 2009, passa a ser reconhecida como Secretaria). Assim, em 2016,

estamos comemorando os 15 anos de existência desses importantes espaços políticos nacionais, que vêm fortalecendo a luta e a organização juvenil em defesa de mais direitos e reconhecimento social, econômico e político para a juventude do campo, florestas e águas. Cada dia mais a juventude vem se destacando em outros espaços dentro e fora do MSTTR, nos espaços de controle sociais e luta por políticas públicas diferenciada para esse seguimento ou sujeito de direito.

Com este livro "Juventude rural e sua caminhada na CONTAG", queremos compartilhar a história da organização e luta dessa juventude contaguiana, que se por um lado é marcada por várias conquistas, novas linguagens e práticas sindicais, por outro permanece movida por muitos desafios, no sentido de garantir o direito dos(as) jovens viverem no campo com qualidade de vida.

Esta é a primeira vez que a CONTAG produz um livro que narra a trajetória de organização e luta dos(as) jovens trabalhadores(as) rurais no sindicalismo. Com esta primeira experiência, queremos visibilizar o papel estratégico das juventudes na construção de relações mais justas e sustentáveis nos territórios rurais. Temos certeza que as narrativas contidas aqui, são fontes de inspiração e aprendizagem para renovar o nosso compromisso com as lutas do presente, bem como, com as ques virão no futuro. Sigamos atentos(as) e fortes.

Desejamos que as memórias da trajetória de luta dos(as) jovens rurais na CONTAG, que dão vida a este livro, anime todos e todas a avançar em nossas lutas, para que consigamos alcançar novas conquistas.

Boa leitura!

Maria José Morais da Costa
SECRETÁRIA DE JOVENS TRABALHADORES
E TRABALHADORAS RURAIS DA CONTAG

Sumário

1 Lutas camponesas e a criação da CONTAG 11

2 A reabertura democrática: novas identidades políticas em cena 19

3 A participação das mulheres no sindicalismo rural 23

4 Juventude rural - novo sujeito político no sindicalismo rural 27

5 Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) 33

6 Itinerário Organizativo da Juventude Rural no MSTTR 41

7 Abrindo os caminhos da organização e luta juvenil - Gestão da Coordenação Nacional de Jovens (2001/2005) 45

8 Novos rumos na Política Nacional 53

9 Juventude trabalhadora rural criando novos fazeres na luta sindical - Gestão da Coordenação Nacional de Jovens (2005-2009)/(2009-2013) 57

10 Ampliar alianças e fortalecer conquistas - Gestão da Secretaria de Jovens (2013/ 2017) 69

11 Juventude, sucessão rural e desenvolvimento rural sustentável e solidário 87

12 Nenhum direito a menos! - Novos desafios para a juventude trabalhadora rural 93

Documentos Consultados **97**

1

LUTAS CAMPONESAS E A CRIAÇÃO DA CONTAG

SINDICA
DE

A ocupação do território brasileiro é marcada por profundos processos de concentração da terra nas mãos das elites nacionais, que se iniciaram com a colonização portuguesa, sendo reforçados ao longo da história por leis como a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964. Por outro lado, são inúmeras as ações de resistência desenvolvidas pelas populações indígenas, quilombolas e camponesas que questionam estas e outras formas de desigualdades.

Na década de 1950, as organizações camponesas passaram a se contrapor, de forma articulada, contra as ações de despejos acionados pelos usineiros e latifundiários, a exemplo de Porecatu, no Paraná (1950-1951), e a luta dos posseiros e arrendatários de Trombas e Formoso, em Goiás (1954-1957), onde várias lideranças de base se destacaram. Lideranças populares despontaram, principalmente, contra o regime de meia (entrega de metade da produção), pela regularização fundiária e por melhores salários.

Outras lutas, igualmente importantes, foram travadas pelos arrendatários contra os contratos que favoreciam os proprietários. Os documentos eram elaborados com base na “meia” ou no “cambão” - obrigação de dar, gratuitamente, dois ou quatro dias de trabalho para o dono da terra.

Em Pernambuco, fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, promovendo uma das mais importantes lutas da época, no Engenho Galiléia, no município de Santo Antão. Foi quando surgiu a primeira experiência de Ligas Camponesas e, consequentemente, de resistência camponesa articulada a objetivos políticos mais definidos.

A ideia inicial dessa Liga Camponesa era de organizar escolas para os filhos e filhas dos lavradores; adquirir caixões para as crianças devido ao alto índice de mortalidade infantil na região;

adquirir sementes, inseticidas e instrumentos agrícolas; auxílio governamental, como assistência técnica, entre outros.

Mas o proprietário do engenho, pressionado por outros usineiros que não viam com bons olhos a autonomia da organização camponesa, exigiu sua extinção e buscou auxílio na Justiça, que impetrou uma ação de despejo. Os demais proprietários temiam que o movimento do Engenho Galiléia pudesse servir de exemplo em outras usinas.

Essa iniciativa precipitou um dos maiores conflitos de terra no interior do nordeste. A resistência dos trabalhadores e trabalhadoras foi organizada em três frentes: uma no campo, outra na Justiça e a terceira na Assembleia Legislativa. Entrou em cena o advogado e deputado estadual Francisco Julião, contratado pelos trabalhadores(as) para defendê-los na ação de despejo. Julião teve papel decisivo na consolidação e difusão das Ligas Camponesas, por meio de diversas publicações e de uma combativa atuação no Legislativo estadual.

A batalha judicial durou 14 anos. Iniciada em 1945, só viria terminar em 1959, quando foi aprovada a desapropriação do Engenho Galiléia. A vitória não somente deu notoriedade à luta dos camponeses de Galiléia, como também transformou o engenho no primeiro núcleo das Ligas Camponesas, símbolo da reforma agrária que os trabalhadores e trabalhadoras rurais reivindicavam.

A luta camponesa passa a ter uma postura politizada e politizadora. No processo de organização e luta, foram criadas outras organizações como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), na região sul do País. As várias formas de organizações camponesas passaram a sentir a necessidade de uma articulação nacional que representasse os interesses e as demandas específicas.

É importante destacar que a crescente politização da sociedade e da luta dos operários urbanos no Brasil influenciou a luta dos(as) trabalhadores(as) do campo, que ganhou qualidade e organização.

Fruto dessa efervescência política e da necessidade de articular essas lutas e organizações do campo, em 1954, surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo. O primeiro presidente foi Lyndolpho Silva, que uma década depois, viria a ser o primeiro presidente da CONTAG.

Nessa Conferência, os lavradores e trabalhadores agrícolas identificaram as bandeiras prioritárias para a ULTAB: reforma agrária; título de propriedade plena a posseiros; adoção de medidas de apoio à produção, de combate aos regimes semifeudais de exploração do trabalho (cambão, meia, etc) e o estímulo à criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

As Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), a Ação Popular (AP) - ligada aos católicos radicais -, e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), dentre outros, fizeram com que a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos fosse acelerada.

Setores conservadores da Igreja Católica, mais fortes, numerosos e preocupados com o avanço do comunismo no campo, partiram para a montagem de um sindicalismo capaz de fazer frente

às correntes de esquerda. As organizações de esquerda com atuação no campo buscaram atualizar e ampliar as bandeiras de luta e estabelecer linhas de ação comuns. Nesse sentido, organizaram o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, conhecido como "Congresso de Belo Horizonte", convocado e coordenado pela ULTAB.

Em 1962, na cidade de Itabuna(BA), aconteceu o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste, organizado por diversas organizações que atuavam no estado. Os principais encaminhamentos foram de organização de luta para aplicação imediata da reforma agrária, acesso aos benefícios previdenciários, construção de estratégias unitárias de luta no campo, dentre outras.

Em março de 1963, o Governo de João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214), que garantia aos trabalhadores do campo direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários assegurados aos trabalhadores urbanos.

O Brasil vivia um momento de forte atuação política, as organizações sindicais e partidos políticos de esquerda foram às ruas por melhores salários e mudanças estruturais para garantir um processo de desenvolvimento mais duradouro. Nesse ambiente político, a ULTAB organizou a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, ocorrida de 15 a 20 de julho de 1963, em Natal(RN). Aproximadamente 400 dirigentes, representantes de 17 estados, participaram do evento. À época, existiam 475 sindicatos no Brasil, dos quais, 220 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

Articular nacionalmente as lutas passou a ser uma das principais preocupações das organizações de esquerda que atuavam no campo. A exemplo de Pernambuco, onde, em 1963, uma greve no setor canavieiro envolveu a Federação dos Lavradores, as Ligas Camponesas e sindicatos autônomos, resultando na assinatura de uma tabela conjunta para pagamento dos trabalhadores assalariados rurais do estado.

Os setores mais conservadores do sindicalismo de trabalhadores rurais, principalmente aqueles ligados à Igreja, não pararam de se organizar e estimularam a criação de um grande número de Sindicatos e de Federações de Trabalhadores Rurais. Com esse trabalho, conseguiram o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho de muitos Sindicatos. Preocupados com o possível crescimento das organizações de esquerda, setores conservadores da Igreja realizaram uma reunião, em Recife, e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA).

Logo após a fundação dessa entidade, foi solicitado o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho. Diante das pressões de setores da esquerda, o Ministério indeferiu a solicitação de reconhecimento e determinou a realização de um Congresso Nacional para a criação definitiva da confederação, da qual deveriam participar todas as Federações reconhecidas oficialmente.

Finalmente, em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores(as) rurais de 18 estados (Pernambuco, Sergipe, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí, Pará, Goiás, Minas Gerais, Rio

de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina), distribuídos em 29 Federações e representando 475 sindicatos, decidiram pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foi reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517. A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente. Ajustou em seu interior diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, ligados à igreja, aos comunistas.

A CONTAG nasceu em um momento crítico da atividade política do País. No ano seguinte, o presidente da República João Goulart foi deposto por um golpe militar. Aconteceu a radicalização e ampliação da luta camponesa que, de um lado, forçou o Governo de João Goulart a avançar com a proposta de reforma agrária e, de outro, jogou os latifundiários contra o regime, pois foram eles, no primeiro momento, que apoiaram as políticas implementadas por João Goulart. Ou seja, o rompimento se deu justamente quando a reforma agrária entrou na agenda de reformas do capitalismo brasileiro.

O governo militar depôs e reprimiu duramente todos os movimentos populares e, com eles, políticos e lideranças comprometidos com as reformas de base, em especial, a reforma agrária. A CONTAG sofreu intervenção. O presidente Lyndolpho Silva e demais diretores foram presos imediatamente, o mesmo acon-

teceu com outras lideranças sindicais rurais nos estados. Todos os militantes sindicais urbanos e rurais que pleitearam por reformas de base, ou eram ligados aos setores de esquerda, foram presos e torturados, muitos foram exilados ou assassinados.

Após a intervenção, foi constituída uma Junta Governativa que, durante um ano, administrou a CONTAG. No ano seguinte, uma Diretoria foi eleita para administrar a entidade durante o período de 1965 a 1968, tendo como presidente José Rotta.

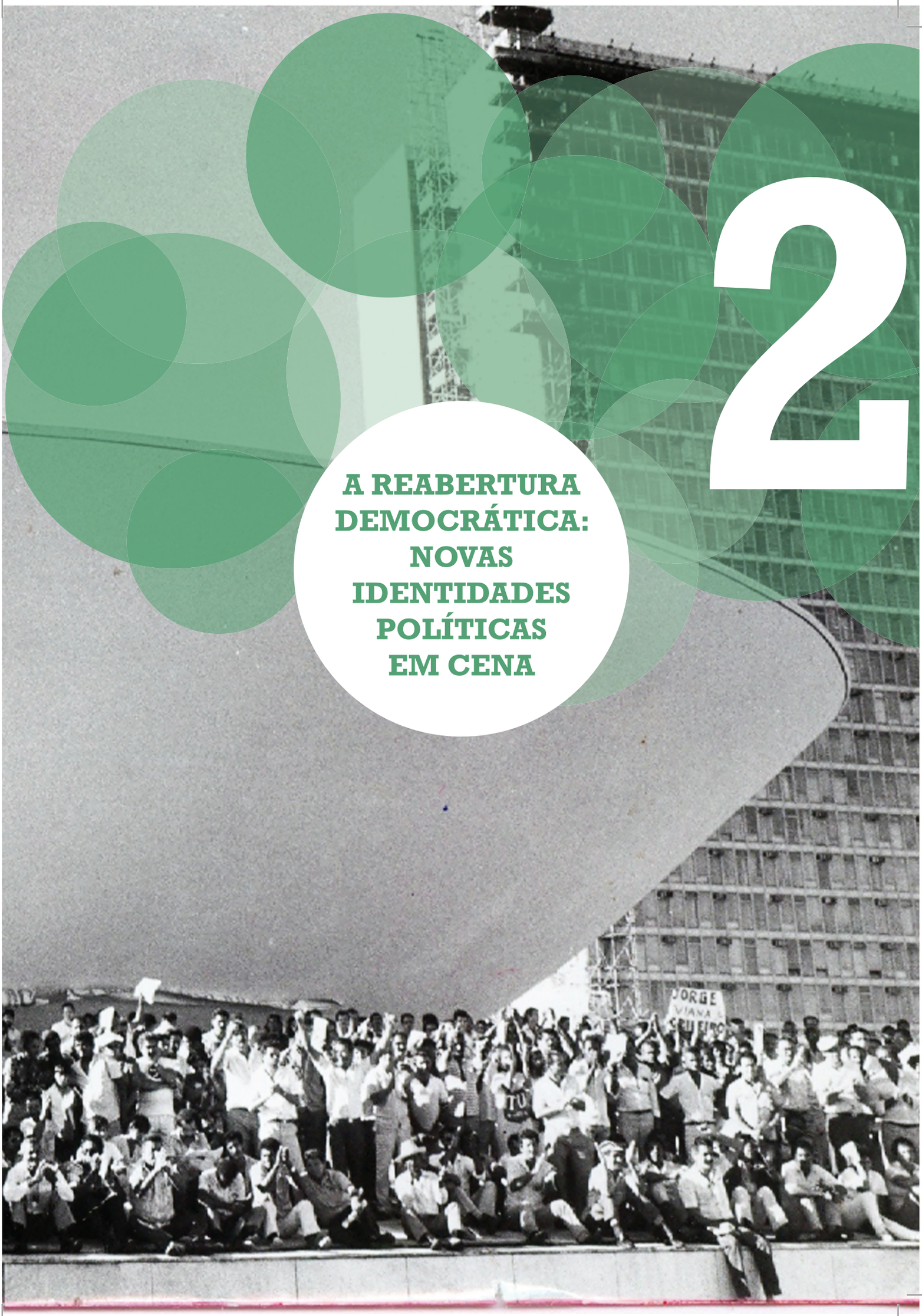
Por força da exigência legal, as federações existentes foram unificadas em cada estado, passando de 29 para 11, transformando-as em Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, estrutura que se mantém até hoje. Essa exigência permitia o controle do governo militar, que temia que a existência de muitas ramificações das organizações sindicais saísse do controle estatal.

À época, a CONTAG era presidida ainda por José Rotta, que contava com o apoio do Ministério do Trabalho. Ele convocou um Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em São Paulo, em 1966. Nesse congresso, ficou explícita a existência de dois grupos políticos, um ligado ao interventor, e outro ligado a trabalhadores e lideranças que se mostravam comprometidos com as lutas da categoria, críticos ao modelo de desenvolvimento implementado pelo governo militar.

No ano seguinte, em 1967, por apenas um voto de diferença, a chapa encabeçada por José Francisco da Silva impõe a derrota a José Rotta. A retomada da Direção da CONTAG pelos trabalhadores foi fruto da união operária e camponesa. Mesmo com esta vitória, era evidente a divisão política revelada no processo eleitoral. Diante disso, a preocupação maior era criar um instrumento capaz de garantir a unidade do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), que resultou na elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN), e se orientou pela luta por reforma agrária, pela formação de lideranças, criação de sindicatos e organização dos assalariados para garantia de direitos trabalhistas. Durante os "anos duros" do regime ditatorial militar, destacadamente 1968 e 1969, os dirigentes do MSTR aceleraram o processo de organização e politização da categoria.

2

A REABERTURA DEMOCRÁTICA: NOVAS IDENTIDADES POLÍTICAS EM CENA



GOIÁS
REFORMA
AGRÁRIA

No Brasil, o processo de abertura política inicia em 1974 e termina em 1985. E, neste período, o País vivia uma grave crise econômica com o preço do petróleo elevado e um alto índice de inflação.

Ao longo da década de 80 do século passado houve uma pressão social grande por eleições, que fez surgir o movimento de "**Diretas Já**". Esse era um movimento da sociedade civil que teve a participação da CONTAG e de intelectuais, artistas, igreja e partidos políticos. Esse movimento buscava a redemocratização do Brasil e o direito do povo escolher os seus governantes.

Contudo, o Congresso Nacional manipulado pelo governo da ditadura não permitiu as eleições diretas, só deixando realizar uma eleição indireta para presidente, onde foi eleito Tancredo Neves. Porém, Tancredo Neves faleceu em 21 de abril de 1985 e não chegou a assumir o cargo, assumindo a Presidência da República em seu lugar o vice José Sarney, que comandou a transição da democracia no País.

A década de 80 também é marcada pelo surgimento de novas formas de organização social, identidades, atores políticos e bandeiras de luta. No contexto das organizações sindicais, bem como rurais, os anos 80 marcam o surgimento de organizações como a Central Única dos Trabalhadores –CUT (1983), a Pastoral da Juventude Rural – PJR (1983), o Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST (1984), e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (1985).

Segundo Boaventura Santos (2010), a década de 80 foi marcada pela emergência de novos sujeitos e movimentos sociais, constituídos por uma diversidade de identidades, que vão além da posição de classe social. Os componentes de gênero, etnia, geração, territorialidade, dentre outros, passam a ser novos lugares sociais de onde se questiona as relações de poder instaladas na sociedade. Nas palavras do próprio autor:

> Tendo em vista o caso brasileiro, Scherer-Warren e Krischke destacam a "parcela dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, as CEBs (Comunidades Eclesiais de

> Base organizadas a partir de adeptos da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, sectores do **movimento de jovens e outros**." (SANTOS, 2010, p. 257, grifo dos autores)

A efervescência desses novos processos de organização social e política, nascentes nos anos 80 e expandidos para as décadas subsequentes, influenciaram as dinâmicas e bandeiras sindicais. Pode-se destacar, como exemplo, as novas reflexões sobre opapel dos sindicatos produzida pela ação do chamado Novo Sindicalismo[1], como também a ampliação da participação e organização das mulheres trabalhadoras rurais dentro das estruturas sindicais, questionando sua invisibilidade nas esferas políticas.

[1] O Novo Sindicalismo surge no final dos anos 70, criticando as práticas sindicais assistencialistas, populistas e burocráticas. Surge inicialmente nas estruturas sindicais urbanas e logo alcança o campo, por meio das oposições sindicais, geradoras de importantes lideranças.

3

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINDICALISMO RURAL

Mazé
CONTAG
MARCHA DAS MARGA

A década de 80 também é marcada pela forte atuação das mulheres no sindicalismo rural, questionando os limites impostos a sua participação e reconhecimento como trabalhadoras rurais.

Nas décadas de 60 e 70, as mulheres não tinham sequer o direito de se sindicalizar. Ficavam vinculadas aos homens da família, sendo reconhecidas, para fins de filiação sindical, como dependentes dos seus maridos, pais e filhos.

O reconhecimento como trabalhadora rural tornou-se bandeira de luta estratégica, tanto para visibilizar o papel social, político e econômico das mulheres no campo quanto para afirmá-las como sujeitos de direitos, agregando legitimidade às lutas em favor de políticas públicas, a exemplo do direito à licença maternidade remunerada, aposentadoria e outros benefícios previdenciários, ainda restritos. Assim, a presença das mulheres no 4º Congresso da CONTAG (1985) marcou o fortalecimento da pauta sindical em torno do direito à Previdência Social para trabalhadoras e trabalhadores rurais. Um dos importantes marcos aprovados por este Congresso foi a "Moção de apoio à Luta da Mulher Trabalhadora Rural".

Ao longo das três últimas décadas, as mulheres construíram uma trajetória de importantes conquistas, dentro e fora da estrutura sindical, dentre elas destacam-se: 1) a constituição da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que contam nos Sindicatos e FETAGs com instâncias de caráter semelhante; 2) a implementação da cota de participação de, no mínimo, 30% de mulheres, e, mais recentemente, a aprovação da paridade de gênero nas instâncias sindicais; 3) a realização da Marcha das Margaridas e demais processos de negociação política, que vêm pautando e gerando políticas diferenciadas para a superação da desigualdade de oportunidades que afeta as mulheres trabalhadoras rurais. Certamente, estas conquistas resultaram de muita luta, num ambiente diverso e, por vezes, marcado por algumas tensões.

De maneira geral, a organização das mulheres rurais vai além da reivindicação por participação autônoma e reconhecimento como trabalhadora, seu impacto é muito mais profundo, interferindo sobre as concepções e práticas do sindicalismo rural, tendo como referência a alteração das condições de vida e posições de poder historicamente relegada às mulheres. A participação das companheiras vem renovando as bandeiras de luta, as práticas e formas de atuação sindical. Além disso, a luta das mulheres também contribuiu para evidenciar outras dimensões constitutivas da identidade de trabalhadoras e trabalhadores. Esta reconstrução da forma de entender e sentir-se parte da identidade de trabalhadoras e trabalhadores rurais favoreceu o reconhecimento dos jovens, homens e mulheres como parte desta categoria.

JUVENTUDE RURAL - NOVO SUJEITO POLÍTICO NO SINDICALISMO RURAL

4

EM MARCHA
agroecologia
liberdade

Embora as lutas sindicais rurais, desde a fundação da CONTAG, tenham também partido das mãos de lideranças jovens, somente nos anos 90 que se passa a demandar a identidade juvenil-camponesa dentro da esfera sindical. É neste período que uma nova geração de jovens passa a propor maior participação de jovens nas instâncias sindicais, espaços específicos de organização juvenil, ações e pautas diferenciadas. Tais demandas devem ser entendidas como forma de reconhecer as múltiplas dimensões que marcam a categoria trabalhadora rural. Incorporar as questões dos(as) jovens agricultores(as) familiares e assalariados(as) rurais à agenda sindical promovia condições de fortalecimento do sindicalismo rural, na medida em que ele se tornava cada vez mais representativo.

Os Anais dos primeiros Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNTTR)[2] comprovam essa ideia. Neles, não se vê a presença do termo 'juventude' ou 'jovem'. As únicas expressões que mais se aproximavam deste conceito são as de 'filhos e dependentes dos trabalhadores rurais'. Como se pode perceber, a partir das citações dos Anais do 2° e 3° CNTTRs (que datam dos anos de 1973 e 1979, respectivamente):

> Que a CONTAG solicite do Ministério da Agricultura a criação de colégios Agrícolas Regionais, dando prioridade de matrícula aos filhos de Trabalhadores Rurais sindicalizados (CONTAG, 1973, p.111).

[2] O Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNTTR) é a principal instância de decisão do MSTTR. Ele ocorre a cada quatro anos, reunindo representantes dos Sindicatos e FETAGs filiadas. O seu papel é deliberar sobre os rumos do sindicalismo rural para o próximo período, além de eleger a nova Diretoria da CONTAG. As deliberações definidas em congresso são reunidas em um documento que denominamos Anais do CNTTR/CONTAG.

> No meio rural, existe um baixo índice de escolaridade, com graves prejuízos para os trabalhadores e seus dependentes. Além disso, sua baixa renda e seu elevado número de dependentes não lhes oferecem condições de custear as despesas com educação (CONTAG, 1979, p. 134).

Nestes primeiros fragmentos, os(as) filhos e filhas (que podem ser crianças ou jovens) são vistos como dependentes do pai, este sim considerado trabalhador rural. Neste momento, o MSTTR reconhecia que, mesmo participando da produção agrícola junto à família, o(a) jovem estaria condicionado à tutela familiar, especialmente do pai (já que as mulheres sofriam restrições quanto à sindicalização, sendo dependentes dos seus maridos).

Nos anos 80, percebemos que o termo juventude começa a aparecer nos documentos oficiais da CONTAG. Em maio de 1985, durante o 4º CNTR/CONTAG, são aprovadas duas propostas em torno da organização específica da juventude rural.

> Desenvolver um trabalho específico junto aos jovens, visando a formação de futuras lideranças para o Movimento Sindical; (CONTAG, 1985, p. 52)
>
> Realização de um Congresso Nacional de Jovens, em 1986, e o desenvolvimento de um trabalho específico com jovens visando a formação de futuras lideranças para o movimento sindical (CONTAG, 1985, p. 52)

Se por um lado, as citações acima demonstram uma mudança no discurso, onde o(a) 'jovem' figura como uma identidade social, por outro, os Anais do 4º CNTR mostram que a referência à juventude se pautava, neste momento, pela preocupação com a formação de 'futuras lideranças', não sendo a participação da juventude vista como estratégica no presente.

É na segunda metade da década de 1990 que começa a despontar, no sindicalismo rural Contaguiano, processos protagonizados pela juventude rural. Ser jovem traduz uma identidade que agrega novos sentidos à forma de ser e entender-se como parte da categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nesse período, são registradas várias iniciativas estaduais e municipais de juventude, a exemplo da constituição de Comissões Estaduais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da realização de encontros desenvolvidos pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), em parceria com os sindicatos. Também influenciado pelas iniciativas locais, vê-se em nível nacional o desenvolvimento de atividades específicas, como a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais (em 1999), e dos

cinco Seminários Regionais da Juventude Rural (ocorridos em 2000), coordenadas pela Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG que, dentre suas atribuições, tinha o papel de acompanhar as questões juvenis.

O processo de debate que levou à elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) também foi determinante para ampliar a participação da juventude trabalhadora rural e evidenciar suas pautas nas estruturas sindicais. O processo de construção do PADRSS envolveu trabalhadores(as) e dirigentes em nível local. É neste período, não ocasionalmente, que se apresentam com mais força as questões da juventude rural dentro do MSTTR. O debate descentralizado fez emergir a voz dos(as) jovens, seus quereres e olhares.

5

PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PADRSS)

Durante o 5º CNTTR (1991), o Movimento Sindical identificou a necessidade de aprofundar a discussão em torno da construção de um projeto político para o campo. Assim, desencadeou um amplo processo de debate na base, para a estruturação do que se denominou por Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que nascia com o propósito de se contrapor aos governos de orientação neoliberal, pautados pelas teorias do Estado mínimo e de redução de direitos.

> No 5º CNTTR, em novembro de 1991, o MSTTR identificou a necessidade de construir um projeto político que dialogasse com as demandas e prioridades do MSTTR, que fosse alternativo ao neoliberalismo e, tivesse no ser humano o centro das suas ações políticas. Esse projeto só viria a ser explicitado em 1995 e aprovado em 1998. Começava a ganhar forma, a ideia original do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS. (CONTAG, 2003, p. 50).

Em 1996, a CONTAG iniciou um debate sobre a formulação do que conhecemos hoje como "Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS)". Este debate surge a partir da realização do projeto de pesquisa e formação CUT/CONTAG e de vários eventos de âmbito nacional, estadual, regional e municipal. Com base nessas ações, em 1998, o 7º Congresso da CONTAG deliberou o PADRSS enquanto o projeto político do MSTTR para o desenvolvimento do campo, da floresta e das águas, cujos pilares estruturadores são a realização da reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar e condições de vida e trabalho com justiça e dignidade. Isso significa dizer que a reforma agrária e a agricultura familiar no PADRSS estão no centro do desenvolvimento local, dinamizador do espaço rural em sua diversidade econômica, social, cultural, ambiental e política, de forma a atender às demandas do campo e da cidade com segurança e soberania alimentar e nutricional.

Este desenvolvimento sustentável e solidário tem como elementos estruturadores a garantia da igualdade entre as pessoas, a implementação de políticas públicas que assegurem qualidade de vida com políticas de proteção social, tais como a educação do campo e no campo de forma permanente com qualidade, apoio financeiro e organizativo, saúde integral, assistência técnica, moradia, esporte, cultura, lazer, previdência social e a garantia do trabalho como valor positivo e de relações de trabalho justas para os assalariados(as) rurais. Além destes elementos, o PADRSS deve contemplar o respeito ao meio ambiente, ao modo de produção de cada segmento e às características regionais.

É diante deste processo de reflexão nas bases sindicais que se aprofundaram os enunciados da participação e controle social das políticas públicas, da afirmação da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, e do questionamento das relações de opressão fundadas nas desigualdades de gênero, geração, raça e etnia, numa perspectiva classista.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO PADRSS

Pleno desenvolvimento humano dos povos do campo, da floresta e das águas fundamentado no reconhecimento e valorização de sua diversidade étnico-cultural-racial, seus saberes e modos próprios de vida social e educacional, garantia de justiça social, autodeterminação, a inserção econômica e efetiva participação política. Reconhece que o desenvolvimento rural sustentável e solidário é construído e implementado cotidianamente pelas pessoas que fazem do meio rural o seu lugar de vida, trabalho, cultura, lazer e de relações sociais e políticas.

Reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa, que interfira na estrutura fundiária e de poder e promova o ordenamento fundiário com a democratização do direito à terra e garantias territoriais, com a finalidade estratégica de promover a soberania e a segurança alimentar. Afirma o papel do Estado para exigir o cumprimento da função socioambiental da terra e a necessidade de ampliar, fortalecer e efetivar as ações públicas, vinculando o direito à terra e ao território a um conjunto de políticas e serviços que assegurem o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nos projetos de assentamento e, também, nas áreas reformadas e de posse com titulação.

Agricultura familiar como a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário, pelo seu papel estratégico de garantir a soberania e segurança alimentar e assegurar a produção e reprodução da vida e a sustentabilidade ambiental, social, econômica e política do espaço rural. Afirma que o Estado deve fortalecer e aprimorar as políticas públicas e os arranjos institucionais que assegurem a transição agroecológica e para outras formas produtivas sustentáveis, com o aprimoramento da assistência técnica e extensão rural (Ater), valorizando e fortalecendo a organização social e econômica e a multifuncionalidade das unidades produtivas, garantindo a estrutura de produção, beneficiamento e acesso aos mercados e ao comércio justo e solidário, combinando políticas de proteção e garantia de renda com políticas de fomento à tecnologia adequada para aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar e potencializar o desenvolvimento rural sustentável.

Solidariedade para fortalecer a cooperação entre as pessoas, grupos e povos, incentivando o associativismo e o cooperativismo para construir alternativas de organização da produção, consumo consciente, comércio justo e trabalho digno, visando uma sociedade justa e igualitária.

Soberania e segurança alimentar como direito e dever dos povos e das nações de definir suas próprias estratégias e políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação saudável e de qualidade para toda a população, respeitando os valores culturais e a diversidade produtiva local, com preservação e conservação dos recursos naturais e respeito à biodiversidade e às formas de comercialização e gestão dos espaços rurais.

Soberania territorial assegurando o poder e a autonomia dos povos para habitar, proteger e defender livremente o espaço social e de luta que ocupam e onde estabelecem suas relações, desenvolvendo diferentes formas de produção e reprodução da vida, que marcam e dão identidade ao território.

Preservação e conservação ambiental, garantindo a relação harmônica e equilibrada entre as pessoas, a natureza e a produção, o que é potencializado pelo sistema produtivo da agricultura familiar. Afirma que é estratégico e fundamental que as organizações sociais e produtivas e o Estado adotem a abordagem multidisciplinar e transversal no tratamento da temática ambiental.

Desenvolvimento regional e territorial como estratégia de elaboração e execução de políticas públicas e ação sindical, considerando a necessidade de compreender e valorizar a diversidade e a especificidade de culturas, formas de vida, meios de produção e os biomas.

Reconhecimento do espaço rural em sua diversidade ambiental, cultural, política e econômica, e como local pluriativo, que combina atividades agrícolas, não agrícolas, agroextrativistas, artesanais, de serviços, entre outras, valorizando as interações e intercâmbios entre campo e cidade sem, contudo, reproduzir a oposição entre o urbano e o rural.

Enfrentamento às estruturas de poder e cultura patriarcal que oprimem, discriminam e perseguem, e reproduzem a divisão sexual do trabalho e a desigualdade para as mulheres e, também, incorporam a opressão de classe e diversas formas de discriminação da juventude, da terceira idade, de raça e etnia.

Fortalecimento da democracia participativa como estratégia para a construção, efetividade e melhoria da gestão das políticas públicas que dialoguem com as diversidades e especificidades locais e regionais, e que potencializem o desenvolvimento sustentável e solidário no campo.

Justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres nas esferas social, econômica e política de modo a reconhecer e valorizar sua participação nas atividades econômicas, estimular o

compartilhamento das atividades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres, e respeitar sua organização e protagonismo político e social.

Reconhecimento e valorização sindical e política da juventude trabalhadora rural como sujeito estratégico para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário, visibilizando, valorizando e dando oportunidade para o seu protagonismo nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas do campo e afirmando a importância da sua organização e participação, para alcançar maior autonomia, emancipação social e o direito de permanecer no campo.

Proteção integral de crianças e adolescentes com direito à educação do campo e no campo, saúde, lazer e esporte, tendo suas famílias garantia de renda que lhes assegure vida digna, seja através de geração de emprego e trabalho ou através de programas sociais, como o Bolsa Família para ajudar na sua estruturação.

Respeito e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da terceira idade nas relações sociais, políticas e produtivas do campo, pelas suas experiências de vida e trabalho, no trato com a terra e com a natureza, e pelo seu protagonismo nas lutas sindicais pela garantia de direitos e contra qualquer forma de exploração, exclusão ou discriminação.

Compromissos com igualdade racial e étnica, especialmente para a população negra que é maioria no campo, enfatizando a integração, a construção e implementação de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial do campo brasileiro e que assegurem e estimulem o fortalecimento das expressões de luta, cultura e sociabilidade presentes em muitas das comunidades tradicionais que compõem a base do MSTTR, estimulando a solidariedade e o trabalho coletivo e diverso.

Garantia do direito ao trabalho, emprego e renda dignos no campo, baseado nos princípios da justiça social e da dignidade humana, que compreende o ser humano em sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania e promovendo oportunidades para mulheres e homens obterem trabalho e emprego dignos, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, que repercute nas condições socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas dos trabalhadores(as). Afirma a urgência em romper com o trabalho escravo, a informalidade nas relações de trabalho, o trabalho infantil e com todas as formas de exploração no trabalho e de desrespeito e violação aos direitos humanos e à dignidade.

Manutenção e ampliação dos direitos sociais e um sistema de proteção social com efetiva implementação de políticas públicas de caráter universal e equânime, com financiamento permanente e controle democrático, que consolide o Estado democrático de direito, assegure o desenvolvimento rural sustentável e solidário e impulsione o desenvolvimento das cidades, concorrendo para a

efetiva melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres. Afirma a necessidade de fortalecer as formas democráticas e participativas que reforcem e consolidem os laços de solidariedade e cidadania plena, garantindo os objetivos e efetivação das políticas públicas e o seu controle público pela ação da sociedade sobre o Estado.

Educação do campo e no campo como política emancipatória (nos moldes da educação de alternância Casa Familiar Rural, Escola Família Agrícola) e inclusão nos currículos escolares de temas voltados ao meio rural que afirme o campo e a identidade camponesa, numa estratégia para o rompimento das desigualdades e para a construção de um modelo de desenvolvimento que valorize e garanta direitos aos sujeitos do campo, respeitando suas demandas e especificidades, incluindo o acesso ao Prouni e ao Pronatec.

Formação político-sindical classista fundamentada no respeito às relações de gênero, geração, raça e etnia, que potencialize o protagonismo dos sujeitos políticos e a ação transformadora de realidades visando a construção de um sindicalismo combativo e de luta.

Política agrícola que assegure autonomia sobre os bens da natureza, das tecnologias e das sementes, principalmente as nativas ou crioulas, que garanta serviços, pesquisas, assistência técnica e créditos públicos subsidiados para viabilizar os sistemas diversificados e sustentáveis de produção, o acesso e a distribuição de alimentos, fortalecendo o mercado interno, as cooperativas, o comércio justo e solidário que garanta preços justos para os produtos da agricultura familiar e renda aos agricultores(as) familiares.

Política tributária justa e progressiva que leve em conta as especificidades de renda, salário e consumo da classe trabalhadora, assim como a necessária e adequada tributação do capital especulativo, das grandes fortunas e do latifúndio improdutivo.

Articulação das políticas, serviços e ações públicas no campo e a intersetorialidade entre estas, além do seu papel dinamizador do desenvolvimento rural sustentável e solidário no interior do País, gerando ocupações produtivas, distribuindo renda e promovendo a soberania e segurança alimentar.

Ampliação e o fortalecimento de alianças e parcerias com movimentos, organizações e setores sociais em defesa da reforma agrária, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Reconhece que é estratégico acumular forças e construir mobilizações sociais que permitam se contrapor e interferir na lógica dominante de desenvolvimento rural.

Fortalecimento de alianças com organizações internacionais na perspectiva da unidade e da solidariedade entre os povos, na busca da construção do desenvolvimento justo, igualitário e sustentável para a classe trabalhadora. Essas alianças devem prever,

inclusive, a captação de recursos financeiros que permitam fortalecer as lutas comuns da classe trabalhadora rural e urbana.

Fortalecimento da organização sindical e da luta de classe, das mobilizações sociais e da pressão popular para exigir do Estado a consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário, que assegure soberania alimentar e territorial e a permanência das pessoas no campo em condições dignas de vida e trabalho, com liberdade, igualdade, segurança, solidariedade e renda.

6

ITINERÁRIO ORGANIZATIVO DA JUVENTUDE RURAL NO MSTTR

JUVENTUDE RURAL
CONTAG
CNJTTR - CONTAG

Na década de 1990, o contexto político nacional foi marcado por uma crescente discussão em torno das políticas públicas de juventude, debate que mobilizou organismos internacionais[3], movimentos sociais, organizações não governamentais e governos em torno da construção de novas abordagens sobre as diferentes vivências juvenis.

O crescente debate sobre as juventudes foi marcado por posições divergentes: por um lado o reforço negativo, que difundia a imagem do(a) jovem como problema social e, portanto, passível de medidas corretivas (tal compreensão ganhou maior repercussão através dos meios de comunicação. A veiculação do caso de assassinato do índio Galdino, em 1997, e das rebeliões nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas exerceram bem este papel), por outro, pesquisadores e movimentos sociais, sobretudo, nos anos 2000, apostaram na afirmação da juventude como segmento estratégico para o desenvolvimento, diante do fenômeno de bônus demográfico em nosso País[4]. Para estes, a expressiva presença de jovens no Brasil representava maiores e melhores oportunidades ao desenvolvimento nacional.

Em meados dos anos 90 e início de 2000, emergiram no cenário nacional vários estudos, seminários, pesquisas[5] e mobilizações relativas às questões juvenis, que mostraram com maior profundidade os contextos da juventude urbana, evidenciando-se de forma bastante limitada às realidades e demandas dos(as) jovens do campo.

[3] O Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), lançado em 1995 pela ONU, colocou o debate sobre a necessidade de políticas dirigidas aos jovens, suas oportunidades de trabalho e seu futuro como agenda política relevante para os países em geral e, em especial, para os países denominados “em desenvolvimento”.

[4] Bônus demográfico significa o momento em que a estrutura etária da população reúne um grande contingente de população em idade produtiva, e um menor número de crianças e idosos. Este fenômeno alcançou seu pico no ano de 2010.

[5] São realizadas pesquisas, patrocinadas pela Unesco, no âmbito das regiões metropolitanas, em capitais como: Brasília, Curitiba, Fortaleza e Rio de Janeiro. Tais estudos concorreram para o estabelecimento do debate inicial sobre políticas públicas de juventude no Brasil.

Foi também na década de 90 que o Movimento Sindical construiu um amplo processo de debate na base, orientado pela estruturação de um projeto de desenvolvimento para o campo em contraponto ao modelo neoliberal. Nascia, então, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) – que depois passou a incorporar em 2005, durante a realização do 9º CNTTR/CONTAG, mais um "S", referente à dimensão da Solidariedade, transformando-se em PADRSS). Diante destes processos de base, o MSTTR qualificou e aprofundou sua luta em torno de enunciados como democracia e participação social, reafirmação da reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e consolidação de relações sociais justas e igualitárias, combatendo as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia. Este processo de construção se deu de maneira descentralizada e participativa envolvendo trabalhadores(as) rurais e dirigentes em nível local.

Este contexto nacional e sindical revelou a necessidade de o MSTTR ampliar sua agenda política, incorporando as questões da juventude rural e sua participação como componente essencial para o fortalecimento das lutas em torno do novo projeto político para o campo brasileiro, o PADRSS.

A CONTAG passa a assumir, de maneira programática, processos formativos e organizativos que envolviam a juventude trabalhadora rural. Nesse sentido, foram realizados entre os anos de 1998 e 1999 os Seminários Regionais da Juventude Rural, que culminaram com a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais (em 1999), ações estas desencadeadas pela Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG.

A partir deste I Encontro Nacional foram sistematizadas as realidades regionais e as demandas dos(as) jovens do campo em torno dos temas da educação, reforma agrária, agricultura familiar, cultura e lazer, saúde, previdência e mercado de trabalho. Além disso, neste mesmo período se constituía a Comissão Provisória de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

Em setembro de 2000, foi realizado o 2º Encontro Nacional da Juventude Rural, que teve por tema: A Juventude Rural Construindo o PADRS.

As deliberações da CONTAG passam a incorporar de forma mais aprofundada as questões da juventude a partir do 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNETTR), ocorrido em 2000. Neste CNETTR, o MSTTR assume a faixa etária dos 16 aos 32 anos como definidora da juventude e orienta que se constitua, no Congresso seguinte, a Coordenação e Comissão Nacionais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

7

ABRINDO OS CAMINHOS DA ORGANIZAÇÃO E LUTA JUVENIL – GESTÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE JOVENS 2001-2005

MARCHA

Em 2001, durante o 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), foi eleita a primeira coordenadora nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a jovem **Simone Battestin**, do estado do Espírito Santo. Por meio da constituição desta Coordenação, ampliou-se a organização de juventude em todo o Brasil. Este momento também demarca a consolidação da CNJTTR, que passa a ser uma instância de caráter permanente e que conta com maior representatividade na participação dos estados.

A ação política da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, neste primeiro período, tinha como desafio a ampliação e fortalecimento da organização juvenil no MSTTR, a qualificação da incidência política das jovens lideranças, o reconhecimento, pelo MSTTR, da juventude enquanto sujeito político e de suas pautas como estratégicas para a consolidação do PADRSS. Nesse período, foi realizado um concurso nacional para criação da logomarca da Comissão Nacional de Jovens. Este concurso mobilizou jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Brasil, na produção de um símbolo que traduzisse a diversidade e complexidade de ser jovem rural.

Diante de tais desafios, a Coordenação de Jovens da CONTAG impulsionou um amplo processo formativo durante os anos de 2002 e 2003 através de parceria firmada com a GTZ (organismo de cooperação técnica Alemã), denominado "**Projeto Juventude Rural – Protagonista do Desenvolvimento Local Sustentável**". Por meio deste projeto, foram desenvolvidos dez Seminários Regionais e um Salão Nacional da Juventude Rural. Nestes espaços os temas em debate foram: juventude assalariada rural, educação do campo, reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e meio ambiente, organização da produção, saúde reprodutiva, DSTs e violência no campo. Todos estes temas foram refletidos desde a identidade juvenil e os contextos diversos que marcam a vivência da juventude trabalhadora rural no território nacional.

Todos esses debates convergiram para a construção das diretrizes políticas da juventude trabalhadora rural, sistematizadas na **Carta Proposta da Juventude Rural**. Este documento objetivava visibilizar e denunciar para a sociedade as realidades vividas pelos(as) jovens do campo, bem como defender direitos e propor aos governos políticas públicas diferenciadas para este segmento. Além disso, demandava do

MSTTR ações no sentido de potencializar a organização e participação da juventude dentro e fora das esferas sindicais. A Carta foi apresentada durante o Salão Nacional da Juventude Rural ocorrido em 2003. Além dela, foi elaborada a "Moção Contra a Liberação das Sementes Transgênicas", tema que estava em votação no Congresso Nacional.

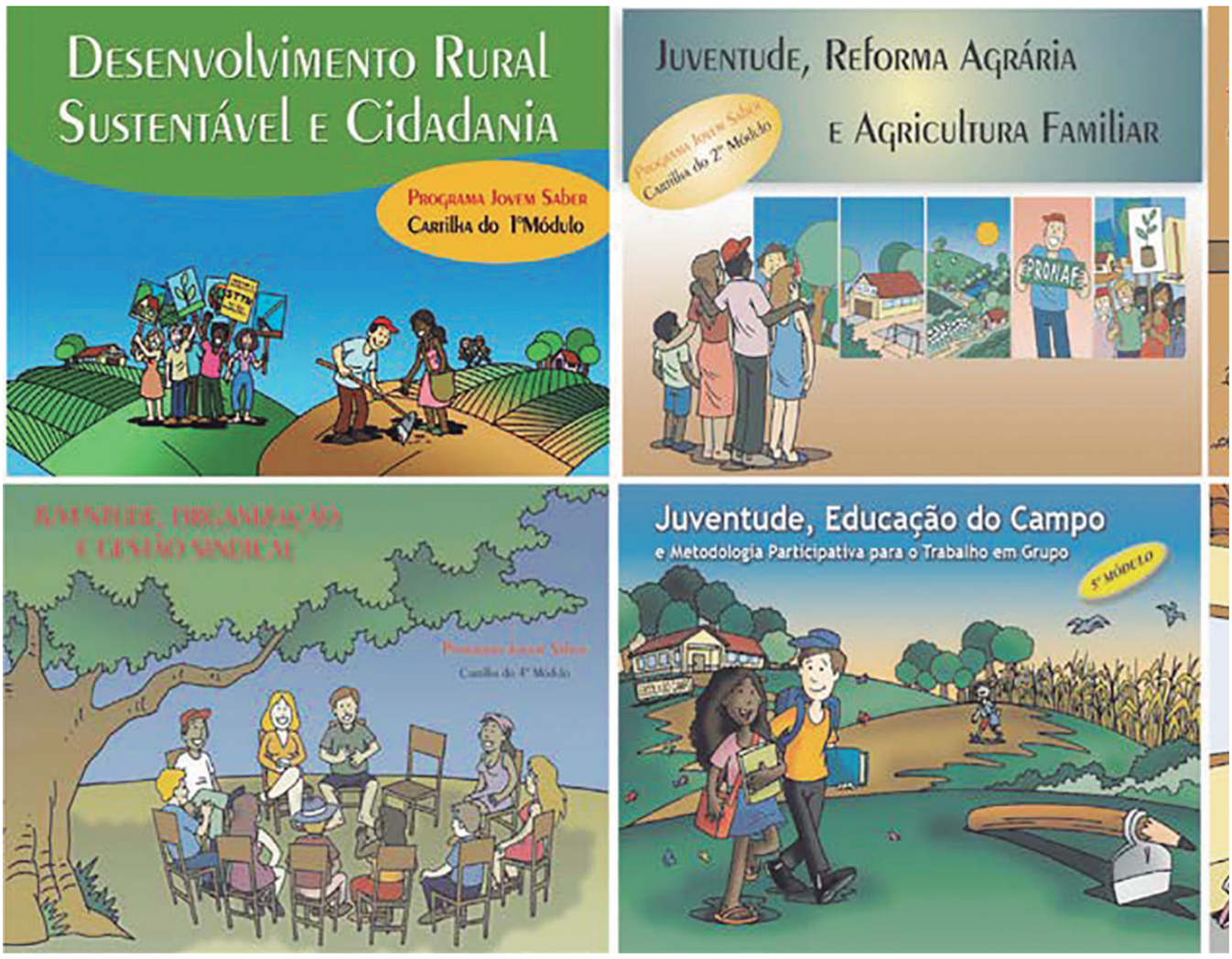
Entre 2003 e 2005, a CONTAG, em parceria com a Unicef, realizou uma pesquisa intitulada "**A voz do adolescente e jovem rural**", partindo da necessidade de conhecer a juventude rural, seus conceitos e percepções sobre vários temas do cotidiano rural. A pesquisa foi aplicada por vários(as) jovens ligados ao MSTTR de todos os estados brasileiros.

Os resultados gerados pela pesquisa permitiu que o Movimento Sindical conhecesse melhor a realidade da juventude trabalhadora rural brasileira, agregando, a partir disso, maior qualidade à pauta política e incidência sindical, especialmente no que se refere às demandas por políticas públicas de juventude rural.

É importante destacar que, em 2004, a Coordenação de Jovens da CONTAG concebeu o **Programa Jovem Saber.** O Programa surge da necessidade de aprofundar o debate sobre o PADRSS na base, a partir do olhar e protagonismo da juventude do campo.

O programa é um processo de educação a distância que busca valorizar a experiência e o conhecimento do mundo do(a) jovem rural, na perspectiva de engajá-lo politicamente na comunidade e em particular na ação sindical. A proposta passa por fortalecer a consciência crítica e transformadora da juventude, a partir de um processo de ensino-aprendizagem que estimula a leitura e a escrita do mundo em que esses(as) jovens estão inseridos(as). Desse modo, os(as) jovens participam do curso a partir da formação de grupos de estudos que proporcionam a construção coletiva do saber.

Para participar do programa, o(a) jovem sócio(a) ou não do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais deve ter idade entre 16 a 32 anos e constituir um grupo de no mínimo 5 e no



máximo 10 jovens. É obrigatório que o grupo seja formado por no mínimo, 30% de jovens mulheres.

Dentre os resultados mais significativos do Programa Jovem Saber, podemos citar o despertar da juventude para a sindicalização e para a participação nas lutas do MSTTR. Além disso, o Programa vem estimulando o envolvimento na vida comunitária, para a transformação das realidades locais.

Em síntese, o período de 2001 a 2005, correspondente ao primeiro mandato da Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, foi marcado pela constituição e fortalecimento das instâncias de juventude nas FETAGs e STTRs, pela formação de jovens lideranças e pela organização e mobilização juvenil de base.

Grupos de Estudo do Jovem Saber

8

NOVOS RUMOS NA POLÍTICA NACIONAL

MAZÉ
CONTAG

Neste ponto da história de organização da juventude trabalhadora rural da CONTAG é importante registrar a mudança de rumos no cenário político brasileiro.

O ano de 2003 é marcado pela posse de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, um presidente de origem popular e importante liderança sindical. Lula foi eleito a partir de uma plataforma política que priorizava o combate à fome e à pobreza, por meio do compromisso com a ampliação de direitos e políticas públicas, bem como, com a participação social e diálogo com movimentos sociais.

Vale destacar, que embora a campanha de Lula tenha se baseado no compromisso com uma agenda progressista pautada pela garantia de direitos, o seu governo viveu uma série de contradições, em muito determinadas pela ampla aliança política, que reunia em sua base, partidos, interesses e posições bastante distintas, contexto também vivenciado no Governo Dilma.

Este cenário exigiu do conjunto da juventude organizada no MSTTR a definição de estratégias eficientes para incidir sobre o novo cenário de discussão em torno das políticas públicas de juventude, de forma a visibilizar as questões dos(as) jovens do campo. Tal vivência resultou num processo de proposição e negociação junto ao governo federal no sentido da criação de políticas específicas para os(as) jovens do campo. Foi a partir desta incidência que se constituiu, no ano de 2004, as modalidade de crédito **Pronaf Jovem**[6] **(dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf) e Nossa Primeira Terra (no âmbito do Programa Nacio-**

[6] O Pronaf Jovem tem por objetivo apoiar projetos produtivos de jovens rurais na perspectiva de motivar a juventude a permanecer trabalhando na agricultura familiar. Para serem beneficiados(as), os(as) jovens agricultores(as) devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e preencher, pelo menos, um dos seguintes requisitos: ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ter participado de curso ou estágio de formação profissional; e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar. Cerca de três mil jovens foram atendidos com o Pronaf Jovem.

[7] O Programa Nossa Primeira Terra é uma linha de crédito voltada a jovens agricultores familiares, que integra o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

nal de Crédito Fundiário)[7]. Vale destacar que a Carta Proposta da Juventude Rural produzida em 2003 recomendava duas proposições referentes à criação de linhas de crédito diferenciadas para a juventude trabalhadora rural.

No âmbito do poder Executivo federal, são constituídas, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (instância articuladora e gestora das políticas públicas de juventude vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República), o Conselho Nacional de Juventude (órgão consultivo colegiado, que integra áreas de governos, movimentos sociais e juvenis, ONGs e pesquisadores) e o Projovem (programa de escolarização e formação profissional voltado à juventude).

É também nos primeiros anos do governo Lula, que a Câmara dos Deputados cria a Comissão Especial de Juventude (CEJUVENT), que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar Projetos de Lei dirigidos às demandas juvenis. Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas três propostas ao Congresso Nacional: 1) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a expressão jovem na Constituição de 1988 (a referida PEC foi sancionada em 2010); 2) o Estatuto de Direitos da Juventude (sancionado em 2013); e 3) o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), ainda em tramitação, que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos(as) jovens brasileiros(as).

1º Festival Nacional da Juventude Rural

Lutando por educação, esporte e cultura

26 a 29 de março de 2007 Brasília - DF

Ginásio Nilson Nelson / Albergue da Juventude

Realização:

CONTAG filiada à CUT | FETAGs | STTRs

JUVENTUDE TRABALHADORA RURAL CRIANDO NOVOS FAZERES NA LUTA SINDICAL – GESTÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE JOVENS 2005-2009/2009-2013

TURISMO
FETAG-PI

No 9º Congresso da CONTAG (2005) foi eleita uma nova coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: **Maria Elenice Anastácio**, do estado do Rio Grande do Norte. Elenice permaneceu por dois mandatos à frente da Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, nos períodos de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013.

Abre-se, a partir de 2005, um novo ciclo de atuação da juventude trabalhadora rural do MSTTR, que combina os aspectos mais internos ao Movimento, referente à formação e organização sindical da juventude, e a incidência mais sistemática e estratégica nos espaços de diálogo e controle social das políticas públicas.

É também no 9º Congresso que é aprovada a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias sindicais, ou seja, nos espaços das Diretorias, Conselhos Deliberativos, Congressos, e outros.

O estabelecimento da cota de juventude rural resultou dos processos de diálogo, mobilização e convencimento interno do MSTTR. O argumento central que justifica a cota da juventude refere-se aos limites ainda colocados à participação juvenil nos espaços de participação e deliberação do MSTTR. A cota teria o papel de corrigir as discriminações, que ainda recaem socialmente sobre a juventude trabalhadora rural. Por meio dela, o MSTTR se torna mais representativo, na medida em que trás para os espaços políticos e deliberativos a voz das diferentes identidades que constituem a categoria trabalhadora rural.

Vale registrar que a aprovação da cota de jovens não significou sua aplicação imediata. O Congresso orientou que, ao longo do mandato, ou seja, no período de 2005 a 2009, fossem criadas as condições para a sua implementação nas instâncias do MSTTR. Em 2007 (durante a realização da Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – que avalia os primeiros anos do mandato da diretoria), foi a primeira vez que se utilizou o percentual de, no mínimo, 20%

de jovens para a composição das delegações estaduais. No âmbito da Diretoria da CONTAG, foi no 10º CNTTR (2009) que se elegeu representantes jovens para o cumprimento da cota nas Diretorias Executiva, Efetiva e no Conselho Fiscal da CONTAG.

Abaixo segue o texto do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNTTR/CONTAG), que delibera sobre a cota de jovens:

> Obrigatoriedade na participação de no mínimo 20% de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais em todas as instâncias do MSTTR, especialmente na Diretoria Executiva da CONTAG, FETAGs e STTRs, sem prejuízo da cota estabelecida para as mulheres, como ação afirmativa que garanta a representação política da juventude no MSTTR. (CONTAG, 2005. p. 60)

A POLÍTICA DE COTAS NO MSTTR

As **ações afirmativas** são estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidade por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais. Nesse sentido, podemos entender a política de cotas como uma das várias ações afirmativas acionadas por grupos sociais.

O foco da **política de cotas** é garantir condições mais equilibradas de participação política dos segmentos excluídos dos processos organizativos e decisórios. Por isso, é importante que as cotas não sejam recursos isolados. Elas precisam estar combinadas com outras ações afirmativas, a exemplo dos processos formativos (que potencializem a participação e incidência políticas dos grupos excluídos) e espaços organizativos (constituição e fortalecimento de espaços específicos, como a criação de Comissões, Seminários, tanto de caráter contínuo, quanto os mais pontuais, que respondem a necessidades mais urgentes).

A cota se justifica por conta da existência de limitadores da participação que afetam vários grupos sociais (como negros/as, mulheres, jovens, populações LGBTs) em diferentes espaços políticos. Tais restrições são fruto de culturas e práticas racistas, machistas, de discriminações geracionais e de orientação sexual.

Podemos avaliar que a implementação da cota de, no mínimo, 20% de jovens em todas as instâncias do MSTTR vem representando resultados importantes para o fortalecimento da ação sindical. Pode-se destacar que a ampliação da participação juvenil, em muito influenciada pela cota, tem estimulado o debate de novos temas no MSTTR, tem renovado as práticas sindicais, aprofundado a compreensão sobre as múltiplas identidades que marcam a categoria trabalhadora rural, promovendo, assim, maior representatividade sindical e democracia interna.

Por outro lado, a aplicação da cota de jovens permanece sendo um grande desafio. Algumas FETAGs e Sindicatos ainda não estimulam a participação da juventude por meio da cota, ou através de outras ações afirmativas. Este dado orienta para um esforço continuado, no sentido

de reforçar o compromisso sindical com o envolvimento autônomo dos(as) jovens nos espaços políticos, especialmente no sindicalismo rural. Também existem casos onde a cota é cumprida, porém, não se asseguram as condições necessárias para a atuação autônoma dos(as) jovens nos espaços políticos, sobretudo, nas diretorias sindicais. Muitas vezes, os(as) jovens eleitos(as) não contam com recursos financeiros, humanos e de infraestrutura que permitam a execução de suas atribuições sindicais. Em outros casos, a juventude passa a assumir tarefas menos importantes no sindicato, como fazer o almoço ou limpar a sede. Normalmente, este tipo de tarefa é atribuído às jovens mulheres, dadas as discriminações de gênero, que combinadas à sua posição como jovem, criam restrições às suas condições de participação.

Ainda sobre as questões de gênero, é importante mencionar que a coexistência da cota de mulheres e jovens vem significando uma ampla presença das jovens mulheres no MSTTR. Este cenário exige a promoção de processos que potencializem o engajamento das jovens, também no fortalecimento da agenda política das mulheres trabalhadoras rurais, de forma a construir relações de gênero e geração igualitárias, para consolidar a democracia interna.

Inquestionavelmente, as políticas afirmativas são caminhos capazes de potencializar a ação do MSTTR, principalmente, no sentido de representar a diversidade de sujeitos que compõem a agricultura familiar. As contradições ainda presentes na prática sindical devem desafiar o conjunto do MSTTR a consolidar iniciativas que comprometam, de fato, as nossas estruturas sindicais com a garantia da participação autônoma, de mulheres e jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Retomando as discussões sobre a atuação da Coordenação de Jovens, no período de 2005 – 2013, pode-se reconhecer um novo elemento na cena política: sua inserção nos espaços de participação social.

Como mencionado anteriormente, em 2005, o Governo Lula criou espaços específicos de diálogo e consulta aos movimentos sociais, relacionados às questões juvenis, a exemplo do Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional do Primeiro Emprego. A participação da CONTAG nestes espaços teve o objetivo central de disputar maior visibilidade aos contextos e demandas das juventudes do campo, exigindo políticas e ações que promovam melhores oportunidades para a juventude brasileira.

Entre os anos de 2005 e 2009, foram realizadas duas edições do "**Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros**[8]", que envolveu mais de quatro mil jovens rurais, com idade entre 16 e 24 anos, pertencentes a 192 municípios de todo o País. Esta ação foi executada por 19 FETAGs sob a coordenação da CONTAG, através da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O **Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE)** estimulou a constituição de "Consórcios Sociais da Juventude Rural", como instrumento gerador de novas

[8] O Consórcio foi uma política pública financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito da Política Nacional de Primeiro Emprego do governo federal, que teve por objetivo promover melhores condições de trabalho e renda para a juventude através de processos de formação cidadã e profissional, orientados pelo princípio do fortalecimento da agricultura familiar e práticas associativistas

possibilidades de permanência da juventude no campo, seja por questões econômicas ou sociais, além de consolidar a parceria governo- sociedade e garantir a integração das Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda. Neste modelo de Consórcio Social, a CONTAG realizou o Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros. O consórcio da CONTAG homenageou a jovem Rita Quadros, que era coordenadora de Jovens da Federação de Santa Catarina e faleceu durante uma das reuniões da Comissão Nacional de Jovens na CONTAG, em Brasília, em 2005.

Do ponto de vista organizativo, foi aprovado em 2006, durante o Conselho Deliberativo da CONTAG[9], o **Regimento Interno da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG**. A importância do referido regimento reside na reafirmação da Comissão Nacional de Jovens como estrutura que contribui com a ação sindical. O documento aprovado define o funcionamento e os critérios de participação no referido espaço, orientando pela realização das reuniões ordinárias antes de cada Conselho Deliberativo da CONTAG. Tal decisão tem o objetivo de garantir a participação da juventude rural nos processos decisórios do MSTTR. Afinal, os Conselhos Deliberativos são a segunda instância mais importante dentro do Sistema CONTAG, sendo a primeira o Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais[10] (CNTTR/CONTAG).

Outro importante marco na trajetória de organização juvenil no MSTTR foi a realização de **dois Festivais Nacionais da Juventude Rural em 2007 e 2010**, que mobilizaram, em Brasília, aproximadamente 10 mil jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esta ação sindical de massa é antecedida por processos comunitários, municipais e estaduais de debate em torno das políticas públicas para

[9] O Conselho Deliberativo orienta a atuação da Diretoria da CONTAG e do conjunto do MSTTR a respeito de temas que estão na ordem do dia, além de aprovar as contas e previsão orçamentária da CONTAG. Neste espaço é que se delibera sobre os rumos do sindicalismo rural, por isso é estratégica a participação de dirigentes jovens nesta e nas demais instâncias sindicais.

[10] O 10º CNTTR aprovou a mudança no Estatuto da CONTAG, que tornou as Coordenações Nacionais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Secretarias. Esta mudança de termos buscou uniformizar as denominações dos cargos da Diretoria Executiva da CONTAG, não significando em mudança de atribuições.

a juventude do campo, articulados ao grande desafio da consolidação do PADRSS e da sucessão rural. Além dos espaços formativos, propositivos e de negociação junto ao governo federal protagonizados pela juventude, o Festival Nacional também se caracteriza como ambiente de valorização da produção cultural feita pelos(as) jovens e de estímulo à vivencia esportiva, baseada na cooperação. Tais aspectos buscam afirmar a importância da cultura, esporte, arte e lazer para o desenvolvimento juvenil, ao passo que visa denunciar a insuficiência das ações governamentais voltadas à garantia desses direitos no campo.

O primeiro Festival Nacional, com o tema “Lutando por educação, esporte e cultura”, ocorreu em Brasília nos dias 26 a 29 de março de 2007, reunindo cinco mil jovens.

Produziu formas inovadoras de conduzir a luta política, por combinar ações de formação, debate político e negociação com gestores públicos, com a valorização das linguagens culturais e esportivas da juventude rural. Seu principal objetivo foi debater e propor políticas públicas nas áreas da educação, esporte e cultura, demonstrando a importância de enxergarmos o rural para além do espaço da produção agrícola, entendendo-o como espaço de vida. Por esse caminho, afirma-se o(a) jovem como sujeito integral, que tem direito à qualidade de vida.

Na Diretoria Executiva da CONTAG para Gestão 2009-2013, os(as) jovens eleitos(as) foram: Rosicleia Santos Azevedo – secretária de Meio Ambiente, Willian Clementino – secretário de Política Agrária, além da secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais[10], Maria Elenice Anastácio (eleita para o segundo mandato).

O **2º Festival Nacional da Juventude Rural**, realizado no período de 26 a 30 de julho de 2011, contou com a participação de cinco mil jovens na capital federal, tendo como tema "Sucessão Rural: com terra, políticas públicas, meio ambiente sustentável, trabalho e renda".

Como na primeira edição, o 2º Festival produziu uma Carta com várias proposições ao poderes Executivo e Legislativo federal, na perspectiva de inserir nas políticas de desenvolvimento rural as demandas da juventude para a promoção da sucessão rural. A Carta foi entregue aos ministros do Desenvolvimento Agrário (Guilherme Cassel), da Secretaria Geral (Luiz Dulci) e ao secretário nacional de Juventude (Beto Curi).

públicas
meio ambiente sustentável,
FETAG-PI

Os Festivais da Juventude Rural se consolidaram como espaço estratégico de luta política para a juventude do Movimento Sindical. Por isso, vem sendo reinventado em vários Sindicatos e FETAGs de todo o País. Nesse sentido, o 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG deliberou por sua realização a cada três anos, com a intenção de construir processos continuados de organização, debate e incidência política juvenil. As Plenárias Nacionais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais também são importantes espaços de formação e incidência política da juventude nas esferas sindicais. As referidas Plenárias acontecem nos anos que antecedem os Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG e têm como objetivo aprofundar o debate sobre os rumos políticos do Movimento Sindical, a partir do olhar dos(as) jovens do campo. Estes espaços contribuem para ampliar e orientar a participação da juventude nas etapas de realização do Congresso, que é a principal instância decisória do MSTTR.

Em 2004, realizou-se a Plenária de Mulheres e Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, antecedendo o 9º Congresso, momento que criou as condições de aprovação da cota de participação de 20%, no mínimo, de jovens nas instâncias sindicais. Em 2008 e 2012 aconteceram, respectivamente, a 1ª e 2ª Plenárias exclusivamente de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Em novembro de 2016 ocorrerá a 3ª Plenária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que prepara para o 12º Congresso da CONTAG, num contexto onde o MSTTR decide por representar, especificamente, os agricultores e as agricultoras familiares.

Novos espaços de diálogo e consulta sobre as políticas de juventude do campo constituíram-se em âmbito nacional e internacional, a partir de 2007, como resultado da incidência política dos movimentos, organizações e grupos juvenis do campo. O **Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural da Reaf (Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul)**. Integram este grupo representantes de governos, bem como jovens dos movimentos sociais do campo dos países que compõem o Mercosul, assumindo como temas de trabalho: a) promoção do acesso à terra aos(às) jovens da agricultura familiar; b) inserção produtiva da juventude rural; c) questão de gênero e juventude; d) educação rural.

Outro importante espaço se constituiu no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), instância vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este Conselho contava, desde 2008, com um Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural, que tinha como missão construir um diagnóstico, de forma pontual, sobre a realidade da juventude do campo e da floresta, apontando as demandas centrais. Os trabalhos deste grupo mostraram a necessidade de aprofundar análises e construir proposições de maneira continuada sobre as políticas específicas para o segmento juvenil do campo. Dessa forma, em 2011, o Condraf definiu pela constituição do **Comitê Permanente de Juventude Rural** que é uma instância de assessoramento do Conselho sobre as questões de juventude. Além desta instância, foi constituído, também em 2011, o Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude.

10
AMPLIAR ALIANÇAS E FORTALECER CONQUISTAS – GESTÃO DA SECRETARIA DE JOVENS 2013-2017
3º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL
JUVENTUDE NA LUTA POR TERRA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUCESSÃO RURAL NA AMÉRICA LATINA
27 A 30 DE ABRIL - 2015, BRASILIA/DF
CONTAG FETAGs STTRs

CONGRESSO NACIONAL
DE TRABALHADORES
E TRABALHADORAS RURAIS
Fortalecendo o Movimento Sindical p
melhorar a qualidade de vida no
Brasília, 4 a 8 de março de 2013
CAIXA

Com a realização do 11º CNTTR/CONTAG, em 2013, foram eleitos(as) três jovens para a Diretoria Executiva da CONTAG: Dorenice Flor da Cruz (secretária Geral), Zenildo Pereira Xavier (secretário de Política Agrária) e a piauiense **Maria José Morais da Costa**, eleita para a Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A luta em torno da consolidação do PADRSS, com ênfase nas questões sucessórias e no direito à permanência da juventude no campo veio se consolidando como orientação estratégica da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, tendo por referência a garantia de direitos e políticas públicas diferenciadas para que estes(as) jovens sejam capazes de promover sua inserção social, econômica, política e cultural de forma autônoma e igualitária. Mais do que isso, é também preciso que o(a) jovem do campo seja enxergado(a), pelo sindicato e pelo conjunto da sociedade, como sujeito político estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a soberania alimentar.

Organizamos abaixo, em os cinco eixos, as áreas de atuação da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: a) articulações institucionais; b) incidência para a conquista de políticas públicas; c) organização sindical da juventude trabalhadora rural; d) formação de lideranças jovens; e) participação da juventude nas ações de massa.

A) ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Estas articulações desdobram-se nos níveis nacional e internacional, na perspectiva da construção de alianças, parcerias e troca de experiências em torno da defesa dos direitos da juventude do campo e da consolidação do PADRSS.

A construção de alianças e parcerias é dimensão que acompanha toda a história de organização do MSTTR. No contexto da juventude rural, uma das experiências mais marcantes é a realização da

Plenária da Juventude do Campo, das Florestas e das Águas (realizada durante o Encontro Unitário, em agosto de 2012), que deflagrou uma crescente articulação política entre as juventudes dos movimentos sociais do campo, no período subsequente.

Cada vez mais, os(as) jovens dos diferentes movimentos do campo vêm aprofundando diálogos e estratégias convergentes no sentido de fazer avançar as políticas para a juventude trabalhadora rural, sobretudo, na perspectiva da reforma agrária, sucessão rural e educação do campo. Estas articulações, a partir de experiências como as reuniões frequentes entre os movimentos, as Jornada de Lutas das Juventudes (que desencadeou ações coletivas no início do ano de 2013, envolvendo movimentos e organizações sociais do campo e da cidade), as Caravanas Agroecológicas das Juventudes e a Plenária das Juventudes (preparatórias ao 3º Encontro Nacional de Agroecologia - ENA), possibilitam tanto a troca de experiências, quanto a construção de parcerias e alianças em favor de uma incidência mais efetiva para a conquista de direitos voltados aos jovens dos territórios rurais.

As articulações no âmbito internacional, junto aos movimentos camponeses e juvenis, vêm se mostrando indispensáveis para a construção de um sentimento de integração latino-americana entre a juventude do campo. Por este caminho, temos aprendido que é preciso reconhecer e valorizar a diversidade de povos de nossa região, mas buscando nutrir nossa identidade coletiva, construída por uma história comum de combate às opressões da colonização e da concentração de terras e poderes. Este propósito vem sendo incorporado em várias ações, como os Cursos Regionais de Formação de Jovens Rurais da Reaf e as atividades da **Confederação de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam)**.

A Coprofam foi criada em 1994, sendo considerada uma das mais importantes organizações de caráter regional da América Latina. É composta por uma rede de entidades que representam a agricultura familiar, camponesa e indígena da região, sendo a ela filiada: 12 organizações de caráter nacional e regional; 125 organizações de segundo grau e cinco mil organizações locais.

Como não poderia ser diferente, a juventude rural trouxe para dentro dos debates e para a ação política da Coprofam a necessidade de pautar o desenvolvimento rural sustentável e solidário, considerando a diversidade de realidades e demandas que marcam os sujeitos do campo, incorporando as dimensões geracionais.

Em 2010, foi criada, no âmbito da mesa diretora da Coprofam, a Coordenação da Juventude Rural, com o objetivo de construir maior integração entre os(as) jovens da região, promovendo uma incidência articulada sobre as pautas juvenis do Mercosul. Por meio dessa iniciativa, a entidade afirma o seu compromisso com a juventude da região.

A Coordenação da Juventude Rural da Coprofam, ao longo deste período, tem atuado no sentido de pautar as questões juvenis nos espaços internacionais, de realizar espaços de diálogo e intercâmbios entre a juventude rural da região e produzir subsídios sobre as realidades dos(as) jovens dos países do Mercosul. Em 2013, foi produzido o estudo sobre "Juventude e Sucessão Rural no Mercosul" sob coordenação da Coprofam, tendo a consultoria do professor Luiz Caputo (Paraguai). O seu objetivo foi compreender os contextos, as expressões organizativas, as demandas e as políticas publicas

existentes tendo como referência os(as) jovens da agricultura familiar, camponesa e indígena do Mercosul.

A CONTAG integra a Coprofam desde sua origem, participando ativamente na condução de seus rumos políticos. Durante alguns mandatos, a CONTAG assumiu a Secretaria-Geral (que equivale à Presidência) da Coprofam. Na última assembleia (realizada em 2014), recebeu a importante missão de coordenar as áreas de Formação e de Juventude. Assim, na condução da Coordenação da Juventude Rural da Coprofam, Mazé Morais (que é também secretária de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares da CONTAG) assumiu o cargo.

Temos definido como grande estratégia a constituição de uma Rede Internacional da Juventude do Campo. Para responder a este desafio, em outubro de 2013 realizamos o "**Seminário Internacional**

Participantes do Seminário Internacional da Juventude Rural

da Juventude Rural por Reforma Agrária e Crédito Fundiário", um importante momento de construção do diagnóstico latino-americano e da definição de convergências estratégicas para a luta juvenil e camponesa na região. O seminário teve a parceria da Secretaria de Jovens, Secretaria de Política Agrária e Secretaria de Relações Internacionais da CONTAG. Deste modo, o Seminário Internacional teve o objetivo de compreender a complexidade do tema da sucessão rural, construir apoios e fortalecer a organização juvenil do campo. Para tanto, foram elaboradas propostas e foram definidas ações de cooperação e solidariedade buscando avançar na unidade entre os movimentos sociais da América Latina ligados à Coprofam, em torno da garantia do direito à terra e ao território, como condição para a permanência da própria identidade das nações, que é embasada pela história e pela cultura dos povos do campo, das florestas e das águas.

B) INCIDÊNCIA PARA A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

A partir da proposição, negociação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude do campo, a Secretaria de Jovens Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (nome alterado pelo Conselho Deliberativo da CONTAG, em 2016) defende que estas se orientem pelo princípio da autonomia e emancipação social, econômica, política e cultural dos sujeitos jovens do campo, tendo por princípio o diálogo e a participação social.

Desde a sua criação, a CONTAG integra o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Comitê Permanente de Juventude Rural do Condraf, o GT de Juventude Rural da SNJ e o Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude.

Mesmo representando uma tentativa de aprofundamento do diálogo entre governos e sociedade civil a respeito dos contextos e demandas da juventude do campo, ainda sofrem com uma restrita capacidade deliberativa. Afinal, o seu caráter consultivo não lhes confere maior influência sobre os rumos da agenda pública nacional.

Além disso, a multiplicidade de espaços que abordam as questões de juventude do campo, embora possa sugerir um relativo grau de priorização do tema na agenda nacional, na prática, revela os limites de intersetorialidade que marcam a execução das políticas públicas em nível federal. Esta conjuntura exige da CONTAG uma intervenção estratégica de forma a otimizar sua incidência, gerando condições para que a luta construída em nível nacional se traduza em direitos, políticas, ações e programas que se concretizem em nível local, sendo acessados pelos(as) jovens do campo. Para tanto, esta luta deve ser fortalecida em todas as instâncias deste sistema confederativo.

Outro canal estratégico de incidência são as Conferências. Os(as) jovens trabalhadores(as) rurais da CONTAG participaram ativamente em várias delas, afinal, suas demandas são de diferentes ordens. Dentre as mais importantes destacam-se as três edições da Conferência Nacional de Juventude e as duas da Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Em cada uma

delas foram aprovadas proposições importantes para a juventude, algumas orientaram os desenhos institucionais de políticas e programas em execução. Nestas Conferências, em especial, foram criados espaços preparatórios de debate em nível territorial, o que favoreceu o aprofundamento da discussão, mobilização e articulação da juventude trabalhadora rural. Outras Conferências, de temas diversos, como a de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Mulheres, de Segurança Alimentar e Nutricional, também compuseram a agenda política dos(as) jovens organizados no MSTTR.

No âmbito do Legislativo, a juventude trabalhadora rural da CONTAG desenvolveu várias reuniões com parlamentares, algumas delas em diálogo com as juventudes de outras organizações e movimentos sociais, participou de audiências públicas, e produziu posicionamentos públicos sobre várias matérias no sentido de conquistar resultados significativos para a vida dos(as) jovens rurais. A Proposta de Emenda à Constituição 138/2003, conhecida como PEC da Juventude, e o Estatuto da Juventude, respectivamente aprovadas em 2010 e 2013, foram matérias intensamente debatidas e defendidas pela CONTAG, sendo consideradas marcos regulatórios estratégicos para a garantia dos direitos da juventude, incluindo a do campo. É preciso permanecermos vigilantes e ativos para que o poder Legislativo cumpra efetivamente o papel de representar o interesse da maioria dos(as) brasileiros(as), que passa por assegurar direitos à classe trabalhadora rural e pelo aprofundamento da democracia participativa.

Estes mesmos desafios se colocam na agenda internacional, onde a Secretaria de Jovens da CONTAG vem atuando nos espaços da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) e da Reunião Especializada de Juventude, ambas estruturas do Mercosul (Mercado Comum do Sul). O grande desafio a ser enfrentado diz respeito a como desencadear processos regionais que gerem compromisso dos governos do Mercosul com as políticas de juventude do campo e a promoção da sucessão rural. Muitos passos foram dados, mas ainda é necessário repensar estratégias que promovam ações coerentes com a diversidade de realidades sul-americanas. Neste sentido, o **3º Festival da Juventude Rural**, que já fazia parte da agenda política de atividades da Comissão Nacional de Jovens da CONTAG, incorporou o debate sobre os direitos da juventude trabalhadora rural da América Latina e, em especial, do Brasil, tornando o festival num evento internacional de juventude.

3º Festival da Juventude Rural

Visando preparar a juventude para participar do 3º Festival, no ano de 2014, foram realizados cinco **Festivais Regionais**, nas regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Estes festivais reuniram cerca de 700 jovens e tiveram por objetivo político constituir um marco referencial que estimulasse o debate dentro do Movimento Sindical e nas ações governamentais, sobre políticas públicas de juventude e sucessão rural, na perspectiva da construção de políticas estruturantes e diferenciadas que contribuam para a permanência da juventude no campo com dignidade.

Grupo de Jovens do Festival Regional Sudeste

Cartaz do Festival Regional Norte

Festival Regional Nordeste

Festival Regional Centro-Oeste

Festival Regional Sul

Após a realização dos Festivais Regionais, a Secretaria de Jovens da CONTAG, em parceria com as Secretarias de Jovens das FETAGs e demais Secretarias da CONTAG, realizou, em Brasília, nos dias 27 a 30 de abril de 2015, o **3º Festival da Juventude Rural**. Tendo abrangência internacional, o Festival contou com a participação de cinco mil jovens rurais do Brasil, além de nove países da América Latina (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Paraguai e Uruguai), de diversas entidades da sociedade civil que trabalham com juventude, de organizações governamentais e agências internacionais. O 3º Festival teve como tema: "Juventude na Luta por Terra, Políticas Públicas e Sucessão Rural na América Latina". Outro dado relevante é que 50% dos(as) participantes jovens são associados(as) aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O 3º Festival teve como objetivos:

- Criar um espaço de articulação da juventude rural latino-americana, no marco das análises críticas sobre as políticas de juventude, que promovam a integração e cooperação visando maior incidência sobre a agenda dos governos da região;
- Aprofundar as discussões em torno de temas estruturantes para a juventude rural no sentido de assegurar o direito à permanência no campo e a sucessão rural, tomando como referência o direito à terra, ao território e à agroecologia;
- Promover a troca de experiência entre os(as) jovens rurais na perspectiva de valorizar e visibilizar o seu protagonismo nos territórios rurais;
- Desenvolver atividades de valorização das manifestações culturais e esportivas enquanto instrumentos educativos de afirmação da identidade juvenil rural.

Uma das importantes inovações deste 3º Festival diz respeito ao processo de negociação com o governo federal. Pela primeira vez, a "**Carta Proposta da Juventude Rural**", formulada pelos processos preparatórios regionais, estaduais e locais, foi entregue aos representantes do Executivo federal com um mês de antecedência. Esta nova dinâmica criou condições de negociação prévia com as áreas do governo, condição essencial para que durante o evento fossem anunciadas políticas específicas para a juventude rural.

Em resposta a esta carta, a presidenta Dilma Roussef se fez presente no 3º Festival, apresentando as propostas do seu governo às reivindicações da juventude. É relevante destacar que esta foi a primeira vez que um presidente da República esteve no Festival da Juventude promovido pela CONTAG e este fato teve uma importância histórica, pois se tratou do reconhecimento oficial da juventude rural enquanto sujeito político promotor de desenvolvimento para o campo brasileiro. A seguir, encontram-se algumas das respostas dadas pelo poder Executivo:

Conquistas obtidas:

1. Assinatura do lançamento do edital de fomento para projetos de cooperativas e associações de jovens, com ênfase na agroecologia, em um total de R$ 5 milhões.
   - É importante destacar que, neste edital, se inscreveram mais de 300 grupos produtivos de jovens do País.

2. Foi assinada, também, a segunda chamada de ATER que atenderá toda demanda mapeada e qualificada pela CONTAG e por outros movimentos sociais. A chamada soma um montante de R$ 106,2 milhões ao longo dos três anos de sua execução. Sendo R$ 18 milhões já no ano

de 2015. Ao todo serão contemplados(as) 22.800 jovens distribuídos em 23 estados do Brasil.

- Visando participar dessa chamada, se inscreveram entidades de ATER dos 23 estados do País.

3. Ficou firmado, também, o compromisso do Incra de assentar 120 mil famílias em quatro anos, sendo que, destas, 30% serão de jovens entre 18 a 29 anos e estes terão condições de capacitação e recebimentos de todos os benefícios da reforma agrária.

4. Gratuidade de ATER para jovens que irão acessar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A regularização dos contratos e dos pagamentos atrasados será realizada com a liberação do Orçamento da União para o ano de 2015. Os beneficiários(as) do Crédito Fundiário podem ser acompanhados(as) pela Chamada de ATER específica para juventude rural que está sendo publicada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

5. Em relação às condições para as negociações de herdeiros sobre as linhas de financiamentos do PNCF, o Regulamento Operativo e os manuais de operação do Programa foram alterados, ou seja, as condições para operacionalização da aquisição de imóveis entre herdeiros(as) estão atendidas.
   - Durante a Marcha das Margaridas, a presidenta Dilma Rousseff assinou um edital autorizando essa negociação.

6. Ficou firmada a elaboração e implementação do Plano Nacional de "Juventude e Sucessão Rural na Agricultura Familiar" pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Plano busca estabelecer ações, metas e orçamento das políticas que visem a melhoria da condição de vida da juventude trabalhadora rural.
   - Foi formado um grupo de trabalho no Condraf para elaborar esse plano. A CONTAG participou desse grupo.

7. O governo Federal também assumiu que irá priorizar a inclusão digital nos territórios rurais.

8. Ainda conquistamos o apoio da presidenta Dilma Rousseff contra a redução da maioridade penal, confirmado pessoalmente por ela durante sua fala no 3º Festival. Para a CONTAG, a redução da maioridade penal e a ampliação do tempo de internação dos adolescentes em conflito com a Lei não são estratégias eficazes para o enfrentamento à violência que hoje está presente no campo e na cidade. Precisamos urgentemente fazer o debate sobre as causas da violência e não só sobre as consequências da

violência. Questões muito mais complexas e multifacetadas estão diretamente ligadas a ela, tais como a desigualdade e a exclusão social, a má distribuição da renda, a omissão do Estado na prevenção do problema, o consumismo exacerbado, a corrupção, a existência de um sistema judiciário ineficiente que favorece a impunidade, somente para citar algumas. Portanto, crer que o encarceramento de nossos(as) adolescentes é a solução para enfrentar a violência é uma visão distorcida, rasa e imediatista, difundida por setores da sociedade que não têm comprometimento com a infância e a adolescência brasileira.

Presidenta Dilma Rousseff e a Comissão Nacional de Jovens da CONTAG

C) ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA RURAL:

Para o fortalecimento da organização e ação sindical da juventude do campo, a Secretaria de Jovens da CONTAG vem estimulando a constituição nas FETAGs, Pólos Sindicais e STTRs de ações específicas da juventude, bem como vem realizando processos nacionais que orientem politicamente as iniciativas locais.

Embora aprovada desde 2005, a cota de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias sindicais infelizmente ainda não é uma realidade em todas as FETAGs e STTRs. Dessa forma, a Secretaria vem monitorando e incentivando sua implementação, conferindo à cota não um sentido numérico, mas percebendo-a como recurso político que torna o MSTTR mais forte, participativo e representativo.

Apesar da existência de alguns limitadores da inserção da juventude no mundo sindical, a CONTAG vem estimulando a sindicalização

PLANO SUSTENTAR

da juventude trabalhadora rural também através do **Plano Sustentar**.

O Plano Sustentar é um marco referencial para estabelecer estratégias e fortalecer as bases da política de sustentabilidade político-financeira que assegure representatividade e sustentabilidade das entidades sindicais. O Plano está estruturado em três eixos articulados entre si, que são: Gestão Administrativa e Financeira, Formação e Comunicação.

É fundamental o envolvimento do conjunto do MSTTR nos processos desencadeados pelo Plano Sustentar, no sentido de fortalecê-lo e aperfeiçoá-lo, para que cumpra sua missão de fortalecer o sindicalismo rural, sua luta e representatividade. A juventude trabalhadora rural é ator político importante neste processo. Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!

D) FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS:

Formação político-sindical é entendida como instrumento que potencializa e qualifica a ação política da juventude do campo para a consolidação do PADRSS, a promoção da sucessão rural e a inserção nos espaços políticos de forma protagonista e autônoma. Neste sentido, a Secretaria de Jovens da CONTAG vem estimulando a formação presencial e a distância através do Programa Jovem Saber.

É importante destacar que, inicialmente, o Programa foi desenvolvido através do envio pelos Correios de cartilhas impressas aos grupos de estudo. A partir de 2008, a CONTAG criou um sistema informatizado de capacitação via internet. Essa iniciativa reduziu os custos e ampliou a participação da juventude rural. Nesse processo de aperfeiçoar o Programa, em 2014, a Secretaria de Jovens criou uma nova modalidade de ensino a partir de livros didáticos impressos e contendo os oito módulos do curso do Programa Jovem Saber.

A ideia de utilizar livros didáticos impressos para capacitar a juventude surgiu devido à dificuldade que muitos(as) jovens possuem em acessar a internet. Também é importante destacar que durante o 11º Congresso da CONTAG vários(as) jovens reivindicaram a publicação das oito cartilhas doprograma. Dessa forma, a Secretaria de Jovens criou essa modalidade de ensino com o objetivo central de atingir os(as) jovens que não tenham, ainda, acesso à internet. Contudo, é importante destacar que os(as) que já acessam a internet em seus municípios devem participar do curso através do sistema informatizado do Programa Jovem Saber.

Para participar do curso basta o(a) jovem acessar o site www.contag.org.br/jovemsaber. Neste espaço podem ser encontradas informações detalhadas do Programa e os locais de inscrição. Entre os principais resultados alcançados por esta iniciativa destacam-se a ampliação da participação da juventude rural no MSTTR (aumento da sindicalização; inserção nas instâncias sindicais, especialmente as diretivas), o aprofundamento do debate sobre o PADRSS e a incidência nos Conselhos e demais espaços de controle social de políticas públicas para o campo. No decorrer desses 12 anos de existência, o Programa Jovem Saber envolveu em suas ações mais de 50 mil jovens que residem nas áreas rurais de, aproximadamente, 2.500 municípios brasileiros.

Embora estes sejam números bastante significativos, queremos alcançar todos os municípios que mantêm forte a sua identidade camponesa, envolvendo nesta missão os Sindicatos e organizações parceiras.

Em 2015, a Secretaria de Jovens da CONTAG também desenvolveu os Cursos Regionais de Formação de Jovens Empreendedores Rurais. Os cursos foram atividades de formação profissional e cidadã voltada para jovens empreendedores rurais, priorizando os(as) jovens da agricultura familiar. Esses cursos foram realizados a partir do convênio CONTAG/SENAR e se desenvolveu nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste, e atingiu um total de 270 jovens.

Regional Norte

Região Nordeste

Regional Centro-Oeste

Região Sudeste

Regional Sul

Durante 2016, a Secretaria de Jovens da CONTAG vem realizando três **Encontros Regionais para Jovens Lideranças Rurais em Inovações Tecnológicas**. Os encontros regionais têm por objetivo capacitar a juventude sobre inovações tecnológicas desenvolvidas por jovens em nível da organização produtiva da agricultura familiar, das políticas públicas, das políticas sociais e sindicais. Será, também, realizada a **3ª Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais** para a promoção de intercâmbio de tecnologias de produção da agricultura familiar, formação e debate a respeito dos temas desafiadores para o MSTTR frente à atual conjuntura.

A 3ª Plenária será, também, ambiente de definição de estratégias que potencializam a organização juvenil, a democracia interna e a representatividade sindical. Além disso, será espaço preparatório para uma participação juvenil autônoma e qualificada dentro do 12º Congresso Nacional da CONTAG, a ser realizado em março de 2017. A Plenária Nacional será em Brasília (DF) e terá um total de 405 jovens participantes.

Com o objetivo de estimular na base debates sobre os temas centrais para o MSTTR e sua juventude, a Secretaria de Jovens da CONTAG recomendou a realização de Plenárias Livres da Juventude Rural, que são momentos preparatórios à 3ª Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As Plenárias Livres são espaços de aprofundamento das discussões, não tendo caráter deliberativo. Entendemos que, na medida em que a juventude estiver envolvida com debates, desde a base, sobre os processos de construção da agenda política proposta pelo 12º Congresso da CONTAG, é ampliado o seu compromisso com as lutas sindicais, bem como se fortalece o próprio Movimento. Assim, estas plenárias podem ser convocadas livremente, até mesmo aproveitando a realização de agendas e eventos de juventude já previstos no âmbito das comunidades, delegacias de base, sindicato e demais espaços onde estiver presente a juventude do MSTTR. Os relatórios destas plenárias devem ser enviados para a CONTAG, subsidiando, assim, as discussões durante a etapa nacional. Além das Plenárias Livres, podem ser realizadas Plenárias Estaduais da Juventude, que já compõem o calendário institucional das FETAGs.

Os processos formativos buscam integrar os(as) jovens na luta pela consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). A partir deles, tanto qualificamos a participação autônoma da juventude, quanto construímos uma cultura política que reconhece o papel dos(as) jovens na sociedade e a legitimidade de suas demandas. E diante do papel estratégico da formação, é preciso reconhecer a importância da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) nestes últimos 10 anos para o fortalecimento da luta do MSTTR, em especial da juventude trabalhadora rural.

A ENFOC tem contribuído com a formação das jovens lideranças, potencializando debates estruturantes sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil e o papel dos(as) jovens nesta luta. Hoje, mais de 40% dos(as) educadores(as) populares formados pela ENFOC são jovens. Nessa caminhada, a juventude rural vem apoiando e dinamizando os itinerários pedagógicos, os processos de sistematização e os trabalhos da Rede de Educadores(as) Populares e Grupos de Estudo Sindical (GES), em favor do fortalecimento da luta sindical.

Por meio de seus conteúdos e metodologia, que valorizam a diversidade e o protagonismo dos sujeitos políticos do campo, a ENFOC impulsiona práticas sindicais mais democráticas e constrói novos sentidos para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora rural. É necessário destacar que durante o 11º Congresso da CONTAG deliberou-se pelo aumento da cota de participação da juventude nas atividades formativas do MSTTR, de 20% para, no mínimo, 30% de jovens.

e) Participação da Juventude nas ações de massa

Podemos destacar, também, que cada vez mais se consolida a participação da juventude nas ações de massa do Movimento Sindical, onde podemos destacar os Gritos da Terra Brasil e as Marchas das Margaridas. Nos últimos anos, a juventude tem pautado suas reivindicações, específicas e coletivas, de forma a influenciar a ação dos governos e a construir novos diálogos com a sociedade.

As ações de massa combinadas aos demais processos de incidência política, tem permitido avançar em torno das conquistas de direitos para a juventude trabalhadora rural.

A incidência da juventude trabalhadora rural, em especial a do MSTTR, foi determinante para alcançar conquistas no âmbito das políticas públicas de juventude, sobretudo nas áreas do crédito, educação do campo (escolarização e formação profissional), acesso à terra e ATER. Ilustram estas conquistas a efetivação do Pronaf Jovem, Nossa Primeira Terra, Projovem Trabalhador (Consórcios Sociais da Juventude Rural), Projovem Campo – Saberes da Terra, Chamada Pública de ATER para a juventude, e Curso de Formação Agroecológica.

Como destacamos anteriormente, o 3º Festival da Juventude Rural propôs ao governo federal a estruturação de um "Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural". Na oportunidade, a presidenta Dilma Rousseff determinou a formação de um grupo de trabalho no Condraf para elaborar esse plano, com o objetivo de lançá-lo no Plano Safra 2016-2017.

Deste modo, o "Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural" começou a ser construído pelo Comitê de Juventude do Condraf no primeiro semestre de 2015; em junho daquele ano, o pleno do Conselho aprovou a Resolução nº 105, resolvendo que "o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural do Condraf é o espaço privilegiado de discussão do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural no Condraf". Toda a agenda subsequente do Comitê passou a orientar-se para essa construção, na esteira da 3ª Conferência Nacional de Juventude (#3ConfJuv).

A #3ConfJuv também foi intensamente estimulada e aproveitada pelo MDA para tornar-se um espaço de consulta pública legítimo das ações que viriam a compor o Plano. Incentivamos a realização das etapas territoriais da conferência, que ocorreram em 130 territórios rurais de todas as regiões do País.

Passando pelas etapas estaduais, as(os) delegadas(os) rurais vieram para a etapanacional, em Brasília (dezembro de 2015), com acúmulo e força para aprovar diversas propostas do campo, florestas e águas nos GTs e na plenária final. Além disso, pautas e documentos da sociedade civil produzidos nos últimos anos foram analisados e, ao final, mais de duas mil propostas das juventudes foram sistematizadas e compuseram o rol de materiais que subsidiaram a construção deste Plano.

Por fim, em fevereiro de 2016, lideranças jovens dos movimentos sociais do campo de todas as regiões do País se reuniram em Brasília para formular e priorizar propostas na Oficina de Diálogos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Este é, portanto, o resultado de um intenso diálogo com a sociedade civil e de esforços de coleta de dados sobre o perfil da juventude rural brasileira, bem como sobre o alcance das políticas públicas de juventude rural do governo federal, com destaque para o MDA/Incra.

Assim, no dia 03 de maio de 2016, a presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, que trouxe o "**1º Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**". O Plano está materializado num Decreto Presidencial e conta com a participação de oito ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Saúde.

As ações distribuem-se em cinco eixos temáticos:

1. Terra e Território;
2. Trabalho e Renda;
3. Educação do Campo;
4. Qualidade de Vida;
5. Participação, Comunicação e Democracia.

O conjunto das ações orienta-se por cinco diretrizes fundamentais: i) garantia dos direitos sociais e da juventude; ii) garantia de acesso a serviços públicos e às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; iii) estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais; iv) valorização das identidades e diversidades individual e coletiva da juventude rural; e v) atuação transparente, democrática, participativa e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Articuladas a estas diretrizes, as ações do Plano têm por objetivo: ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. As ações do Plano acompanham o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e deverão ser revisadas e atualizadas ao final deste período. Sua abrangência é nacional, devendo ser realizadas iniciativas com os demais entes federados para a articulação de ações nos âmbitos municipal e estadual.

Inicialmente, o Plano garante 30% dos lotes para jovens nos novos projetos de reforma agrária; novas vagas no Pronatec Campo; R$ 4 milhões para o Programa de Apoio à Infraestrutura Produtiva nos Territórios Rurais para apoiar as Escolas Famílias Agrícolas; 1.200 bibliotecas distribuídas e formação de agentes de leitura por meio do Programa Arca das Letras.

Mais detalhes sobre o Plano pode ser encontrado no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br).

11

JUVENTUDE, SUCESSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

No centro do debate sobre a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) está a afirmação de um campo com gente, que possa construir seus projetos de vida, assegurados a partir de direitos e políticas públicas promotoras da qualidade de vida.

Nesse sentido, é preciso compreender que os contextos e identidades que constituem os "sujeitos que vivem no campo", que são a base do PADRSS, influenciam as condições concretas de acesso aos direitos. Assim, os componentes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, bem como os de ordem social, econômica e cultural, como classe, território, renda, entre outros, operam processos que aprofundam desigualdades. Por isso, há que se reconhecer que as realidades e necessidades vivenciadas pelos sujeitos dos territórios rurais são diversas e requerem políticas e programas que atuem sobre essas assimetrias na proporção dos seus efeitos de exclusão.

Dessa forma, é preciso pensar as condições dos(as) jovens que vivem e trabalham no campo. Numa fase da vida determinante para o desenvolvimento pessoal, quais as condições que eles(as) vêm desfrutando, no que se refere à educação, ao trabalho e renda, à alimentação, à saúde? Lutar por um duradouro projeto de desenvolvimento justo e sustentável para o campo, em especial, para a agricultura familiar, passa por assegurar melhores condições de vida também às novas gerações.

Quando analisamos os dados demográficos brasileiros, vemos que, no início do século XX, a média da população rural era de 80%, enquanto a residente nas cidades representava 20%. Segundo o Censo de 2010, o Brasil é constituído, em média, por 190,7 milhões de pessoas, sendo que destas, 15,64% viviam no campo e 84,36% nas grandes cidades. Estes dados demonstram uma ação deliberada do Estado brasileiro no sentido de investir num modelo de desenvolvimento que coloca o urbano no centro, marginalizando, assim, o campo.

A partir da análise de dados estatísticos feita por Abramovay e Camarano, percebe-se que o perfil da migração interna no Brasil foi alterado a partir da década de 1990, onde o êxodo rural passa a ser mais

comum entre os rapazes de 20 a 24 anos e entre moças de 15 a 19 anos, sendo anteriormente marcado por maior presença de pessoas com idade entre 30 e 39 anos. Comparando os dados demográficos dos Censos de 2000 e 2010, identificou-se a redução em dois milhões no número de pessoas residentes no meio rural, sendo que destas, 50% (ou um milhão) são pessoas jovens (com idade entre 15 e 29 anos). Dessa forma, podemos concluir que o deslocamento campo-cidade tornou-se majoritariamente juvenil.

A migração resulta de processos complexos, que combinam vários fatores e não obedecem a um único padrão. Na tentativa de construir algumas generalizações, embora saibamos que elas não respondem plenamente à multiplicidade de situações que determinam a migração juvenil, levantamos, abaixo, alguns fatores que julgamos importantes quando observamos este fenômeno, desde a perspectiva da juventude que está inserida na agricultura familiar:

- **Modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura – a modernização conservadora:** a concentração de terras, riquezas e recursos naturais, e a utilização de pacotes tecnológicos que degradam o meio ambiente são marcas da atuação do agronegócio brasileiro. Tal realidade reduz as condições de fortalecimento da agricultura familiar, que se desenvolve em propriedades cada vez menores, incapazes de manter o conjunto da família, e que sobrevive sob condições bastante desiguais de acesso às tecnologias e assistência técnica, frente ao desafio do desenvolvimento de uma matriz agroecológica.
- **Desvalorização do trabalho juvenil:** considerados como sujeitos em formação, como aprendizes do ofício agrícola, os(as) jovens, muitas vezes, são desvalorizados nos processos de decisão e condução dos rumos da propriedade familiar. Os(as) próprios(as) jovens que vivenciam processos educacionais e de formação para a agricultura, como por exemplo nas Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, não contam com oportunidades para experimentar estas aprendizagens. Em outros casos, a renda que deriva também do trabalho exercido pelo(a) jovem não é compartilhada. Neste ponto, vale destacar as discriminações de gênero, onde o trabalho das jovens mulheres não é considerado nem no espaço das tarefas domésticas, tampouco nas atividades agrícolas, o que amplia o fenômeno da migração entre as jovens.
- **Baixo acesso à tecnologia na agricultura familiar:** pesquisa e extensão adequadas à realidade da agricultura familiar são fundamentais para estimular a permanência dos(as) jovens no campo. A nova geração de agricultores(as) familiares quer ter oportunidade de combinar trabalho com maiores oportunidades de tempo livre, lazer, bem como quer ter direito à jornadas de trabalho menos extenuantes. Num contexto onde as famílias têm ficado numericamente menores, o que reduz a disponibilidade de mão de obra, o acesso às tecnologias é uma saída para ampliar a qualidade de vida no trabalho agrícola.
- **Limites de acesso às políticas públicas, especialmente educação, saúde, esporte e lazer nos territórios rurais:** ainda vivemos num país que reserva menores oportunidades de acesso a direitos às populações rurais, contexto que gera dados alarmantes, como na educação, por

exemplo, onde a taxa de analfabetismo da juventude (de 15 a 29 anos) que vive em áreas rurais é seis vezes maior que a da que vive nos centros urbanos (PNAD, 2007). Além disso, o tempo médio de estudo dos(as) jovens rurais é de 6,5 anos, enquanto entre os(as) urbanos é superior a 9 anos. (PNAD, 2007). As restrições de acesso às políticas e serviços nas áreas rurais empurram os(as) jovens a buscarem estas oportunidades em outros lugares.

Como os dados acima demonstram, não deve considerar o êxodo rural como uma tendência natural da vida em sociedade, afinal, ele resulta não de um movimento espontâneo, mas de escolhas políticas estruturantes, que produzem impactos profundos sobre o contexto econômico, social, político e cultural do País.

Se, por um lado, ainda há uma intensa migração de jovens no sentido campo – cidade, por outro, o artigo publicado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), denominado "Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada", mostra que os Censos de 2000 e 2010 registram um leve aumento das taxas de permanência dos(as) jovens nas áreas rurais. Segundo o IPEA, essa elevação se deve ao impacto positivo das políticas públicas de transferência de renda, previdência social e educação sobre a vida das famílias e da juventude, uma vez que, nos últimos 10 anos, a ampliação dos investimentos nas áreas sociais permitiram o acesso dos(as) trabalhadores e pelas trabalhadoras do campo a essas políticas.

No último período, o meio rural brasileiro viveu uma melhoria das condições de vida de sua população. Se analisarmos os dados do Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), vemos que muitos municípios do interior do País registram níveis crescentes de desenvolvimento, como resultado de uma agenda pública que valoriza as políticas sociais.

As políticas de previdência social e de salário mínimo têm funcionado como importantes mecanismos de distribuição de renda no meio rural. Além disso, há uma evidente interiorização do ensino técnico e superior, a partir da construção de Institutos Federais de Educação e de novos Campi Universitários que ampliam as oportunidades de formação educacional, sobretudo da juventude do campo. Vale registrar, também, a ampliação dos investimentos em políticas voltadas à produção e comercialização da agricultura familiar, dentre elas pode-se destacar: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Alimentação Escolar (Pnae), Seguro Safra, para citar alguns.

É preciso reconhecer que muito foi feito, mas que ainda há muito por construir. A juventude do MSTTR vem pautando a urgência de políticas que promovam oportunidades de permanência dos(as) jovens no campo e a sucessão rural. Dessa forma, entendemos que a sucessão rural só se viabiliza a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento rural capaz de gerar oportunidades de vida digna e relações justas para que as pessoas do campo, sobretudo os(as) jovens, possam edificar seus projetos de vida e trabalho no campo. O modelo de desenvolvimento defendido pelo MSTTR, denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), baseia-se na realização de ampla e massiva reforma agrária, no fortalecimento da agricultura familiar, no

acesso aos direitos e políticas públicas diferenciadas e na superação de relações sociais desiguais, de ordem econômica, territorial, de gênero, étnico-racial e geracional.

É preciso inserir o tema juventude e sucessão rural na agenda pública, desmistificando as falsas compreensões que identificam a família como única instância responsável pela escolha de seus sucessores. Permanecer no campo não depende apenas de uma escolha privada, feita pelos(as) jovens e seus pais, mas, acima de tudo, refere-se à promoção de autonomia, ao acesso aos direitos, à valorização dos(as) camponeses(as) e da agricultura familiar, questões estas que são também de responsabilidade do Estado brasileiro.

Outro aspecto fundamental para estimular a permanência da juventude no campo diz respeito ao reconhecimento social dos(as) jovens rurais como sujeitos estratégicos para construção de um País justo, forte e sustentável. É preciso valorizar o trabalho dos mais de oito milhões de jovens do campo, que estão presentes no mundo rural e na agricultura familiar, que é responsável pela produção de 70% do que se come no Brasil.

Em se tratando do reconhecimento da juventude, há que abordar os contextos vividos pelas jovens mulheres do campo, submetidas a relações machistas que desvalorizam o seu trabalho e retiram delas o direito à sucessão na propriedade, normalmente restrito aos filhos homens. Entendemos que o componente da desigualdade de gênero é central para explicar porque as jovens migram mais e mais cedo que os rapazes.

A organização e ação da juventude trabalhadora da CONTAG, nos últimos 13 anos, tem se orientado pela defesa e incidência no contexto das políticas públicas de juventude do campo, destacadamente as que se referem ao acesso à terra, à educação do campo, ao trabalho e geração de renda e à participação juvenil com autonomia.

Sendo a participação autônoma da juventude um tema fundamental para o debate sucessório, ele também mantém forte vinculação com os processos de fortalecimento da democracia interna do MSTTR, sendo este um campo de atuação estratégico para os(as) jovens do MSTTR.

Por fim, é importante destacar que a sucessão rural deve ser um compromisso coletivo, assumido pelas diferentes gerações, pelo conjunto da família, do Movimento Sindical, pelos diferentes espaços de socialização (como escola, comunidade, igreja) e pelo Estado brasileiro. Afinal, a sucessão rural é o caminho de construção de um país justo, forte e sustentável no campo e na cidade.

12

NENHUM DIREITO A MENOS! – NOVOS DESAFIOS PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA RURAL

ENAGRO
RURAL
JUVENT
CNJTTR - CONTAG

Estamos vivendo um momento muito delicado da nossa política: por um lado, a crise econômica mundial, por outro, a crise política, que vem aprofundando seus efeitos sobre as garantias de direitos à população.

Recentemente, a democracia do Brasil foi golpeada com o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, viabilizado por interesses de fortes setores políticos, dentro do Legislativo, mídia e Judiciário brasileiro. A Lei Maior do Brasil, que é a Constituição Federal, prevê sim o impeachment, mas desde que se confirme algum crime cometido pela presidente, entretanto, o julgamento mostrou a ausência de provas cabais, que confirmassem crime por parte de Dilma.

O momento atual é crítico, tanto pela saída de uma presidenta eleita pelo voto popular, como também porque estamos vivendo uma situação de fim dos direitos sociais, ou seja, o atual cenário se posiciona contrariamente à plataforma política eleita nas urnas, que se orientava pela ampliação dos investimentos nas áreas sociais. O governo que aí está dá provas de que seu compromisso é com os interesses da elite brasileira, que se orienta nos cortes com gastos sociais, com as privatizações e regulação pelo mercado.

Quando assumiu interinamente o governo, a primeira coisa que fez Michel Temer foi acabar com os ministérios voltados às áreas populares: fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; junção do Ministério da Cultura ao da Educação; e do Ministério da Previdência ao da Fazenda.

Este projeto que se opõe aos interesses dos(as) trabalhadores(as) e das classes populares vem se consolidando também no parlamento brasileiro: o significativo apoio ao Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela os gastos com educação e saúde por 20 anos, é prova desse desmonte, que reúne várias instâncias do poder federal.

Outras propostas dessa natureza vêm circulando e afetam diretamente os(as) trabalhadores(as) rurais: a revisão da previdência está propondo a ampliação da idade mínima para a aposentadoria e

a revisão dos critérios de segurado(a) especial para agricultores(as) familiares. A gravidade dessas propostas reside exatamente fato de que, hoje, a aposentadoria é a política pública de distribuição de renda que mais beneficia as populações rurais. A aposentadoria, em várias regiões, vem permitindo que as famílias tenham uma renda fixa, condição que tem viabilizado o trabalho agrícola, como também a permanência da juventude no campo.

A agenda política de redução de direitos ora colocada vai na contramão da luta construída pela juventude trabalhadora rural, ao longo desses últimos anos, dentro da CONTAG. Promover condições de permanência no campo e sucessão rural são incompatíveis com um pacote restrições de acesso aos direitos sociais.

Vale destacar que, com o fim do MDA, podem se fechar as portas para o desenvolvimento das ações voltadas à juventude do campo, dentre elas estão a existência do Comitê Permanente de Juventude Rural do Condraf, a Assessoria de Juventude Rural, o Programa Residência Agrária Jovem e os Programas de Formação em Agroecologia. Além destes, uma das conquistas mais importantes, que é a execução do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que reúne ações em cinco áreas: direito à terra e território; educação do campo; trabalho e renda; política de qualidade de vida (saúde, esporte, cultura, etc); comunicação, participação e democracia.

É por esse e outros motivos que a juventude não pode ficar indiferente a este momento político, pelo qual o nosso País está passando. Não adianta falar que não gosta de política. Gostando ou não, em todos os espaços fazemos ou somos influenciados pela política. É preciso estar atentos(as), entender o que acontece para não sair se enganando por aí. Afinal, a juventude rural pode perder muito com o atual cenário. É sobre ele que precisamos agir. Por isso, a juventude trabalhadora rural da CONTAG continuará na luta, com toda a sua ousadia e criatividade, para fazer valor o grito de: Nenhum direito a menos!

Documentos Consultados

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>.

CONTAG. Anais do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

CONTAG. Anais do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979.

CONTAG. Anais do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1985.

CONTAG. Anais do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1991.

CONTAG. Anais do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1995.

CONTAG. Anais do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1998.

CONTAG. Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1999.

CONTAG. Anais do 8º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2001.

CONTAG. A mulher e o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Trajetória de Lutas, 2002.

CONTAG. CONTAG – 40 anos ao lado do homem e da mulher do campo. Brasília, 2003.

CONTAG. Anais do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2005.

CONTAG. Regimento Interno da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 2006.

CONTAG. Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2009.

CONTAG. Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, 2016.

CONTAG. Paridade na CONTAG: Subsídio para discussão. Brasília, 2014.

GALINDO, Eryka. Jovens do campo: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no Movimento Sindical. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais – Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG. 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VALADARES, Alexandre et. all. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, Enid & BOTELHO, Rosana. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília, IPEA: 2016. p. 59 – 94.

Atividades Recentes

Juventude participando da 4ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG - Brasília/DF - Novembro/2015

Participação da Juventude na 2ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade e Idosos(as) - Luziânia/GO - Junho/2016

Jovens mulheres participando da 6ª Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Brasília/DF - Novembro/2016